

MANDATO XII
ATA Nº. 18/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

*Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e do Senhor Augusto Alexandre da Cunha Dias, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria Ester da Silva Taveira, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Domingos da Silva Abreu, Ana Margarida Sarmento Mando da Silva Macieira, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, José da Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva*

Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Vieira Nogueira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, José Cândido Ferraz, José Manuel Ferreira Gomes, Gélio Amílcar da Silva Mouta Marques, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, João Manuel Almeida Marques Ferreira, João Lamego Moreira, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, Luís Alberto Pinto da Silva, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Hugo Alexandre Lopes Soares, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão*

Borges, Maria José Fernandes Teixeira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Rafaela Araújo Couto Seara, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, José Miguel Ferreira da Silva, José Pedro Gomes Bastos, Victor Bruno Machado Ferreira, Carla Maria da Costa e Cruz, Paula Maria de Azevedo da Cunha e Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: Miguel Ângelo de Oliveira Lemos Fernandes, Márcio Alexandre Martins Ribeiro e João Manuel Faria da Costa. Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. Neste período registou-se a intervenção do SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA, do seguinte teor: “Permitam dizer que a constituição desta Assembleia Municipal é estranha, caracterizada pela masculinidade, extensível às páginas da imprensa local e aos eventos de relevo na cidade e no concelho. Deseja-se, com urgência, a alteração deste cenário após as Eleições Autárquicas de dois mil e vinte e um. Como seria interessante termos uma mulher a presidir ao nosso Município! A Assembleia Municipal tenciona promover um debate amplo sobre o papel da mulher na política bracarense? Os partidos aqui representados pretendem assumir, todos, o "risco" de candidatar uma mulher à liderança do concelho nas Eleições Autárquicas nos próximos anos? Em relação às escolas com amianto no concelho de Braga, como Pai, Encarregado de Educação e Membro suplente da Direção do STOG, venho aqui perguntar ao Partido Socialista de Braga o que está a fazer junto do Governo, para que se cumpra a Lei número dois barra dois mil e onze, de nove de fevereiro, em concreto no seu artigo quarto, tornando pública a listagem de edifícios públicos que contêm amianto e, no seu artigo quinto, o qual contempla a remoção dos materiais que contêm fibras de amianto.

O S.T.O.P. tem estado na imprensa estes dias, identificou o número escolas, no caso do concelho de Braga, temos a Escola JEB um do Coucinheiro, mas existem outras. Como cidadão deixo o protesto face ao que aconteceu no concelho durante a Final Four dois mil e vinte Allianz Cup, na Avenida Central, na Praça do Município e na Avenida Olímpica. Nas atividades iniciais, na Fan Zone, na Fan Music e na Avenida Olímpica, os ecopontos colocados, os mochileiros da Sociedade Ponto Verde (SPV) e os locais/espacos das atividades daquele evento não contemplaram dispositivos para a recolha de resíduos (beatas de cigarro e pastilhas elásticas) para posterior transformação. Um dos resultados foi este: quatrocentas beatas de cigarro recolhidas em cinquenta oito minutos, na Praça do Município, a dezanove de janeiro; mil trezentas e vinte e oito beatas de cigarro recolhidas em uma hora e cinquenta e oito minutos (na Fan Zone) a vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e mil e quinze e duzentos e cinquenta litros de resíduos (na Avenida Olímpica e Feira dos Pássaros) em duas horas e trinta e cinco minutos, a vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte. Informo a Assembleia Municipal que esta situação foi dada a conhecer à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), tendo sido atribuída à denúncia o número E barra quinze mil setecentos e cinquenta e três barra vinte barra SC. A este propósito, pergunto ao Vereador do Ambiente e Turismo se sabe qual o destino das beatas de cigarro recolhidas dos cinzeiros e das papeleiras da cidade pelos colaboradores da AGERE. Esta questão não é só minha. É uma questão que tem sido partilhada e gostaria de ter uma resposta concreta, dado que estes resíduos podem ser transformados. Nos últimos meses, Braga viveu momentos inesquecíveis com inúmeros eventos. Porém, ficou uma pegada ecológica avassaladora. Urge mudar atitudes e práticas, quer em Braga, quer a nível nacional. Nesse sentido, apelava para que no próximo ano não fossem utilizadas

*serpentinhas e confetis nos cursos carnavalescos apoiados pela Câmara ou Juntas de Freguesia, se promovesse a construção dos carros alegóricos com materiais reciclados, assim como se usassem, em todos os eventos promovidos pela Câmara ou Juntas de Freguesia, apenas copos reutilizáveis e dinamizassem os ecopontos humanos para recolha de resíduos recicláveis. Reparem o que aconteceu, por exemplo, no Carnaval de Torres Vedras e que se vai alargar a outros carnavais no próximo ano. Termino com um exemplo prático de transformação de folhas naturais em confetis. É simples. Basta colocar as folhas num furador e furar as mesmas. Eis os confetis. Esta atividade é terapêutica, faz bem à alma e à Natureza. Vou agora encaminhar-me para a Assembleia Municipal de Amares, porque não me é permitido falar através do Skype ou mensager ou qualquer ferramenta, para outras Assembleias Municipais, inclusive de Lisboa, Ílhavo, etc. Vou tentar saber os mecanismos para colocar a quem de direito, por que estou no fundo a contribuir para a pegada ecológica, sendo obrigado a deslocar-me de terra em terra, quando podia, num só dia, falar para sete ou oito Assembleias Municipais, marcando a hora”. A segunda intervenção foi protagonizada pelo **SR. DOMINGOS NOVERSA SILVA VIEIRA**, para perguntar para que servia o Executivo da União de Freguesias de Lomar e Arcos, uma vez que nada fazia na freguesia. Foi reclamar da colocação de umas linhas amarelas, para a rua João de Castro há mais de seis meses, mas se fosse o Banco do Crédito Agrícola, as linhas já lá estavam. Vão à Junta e à Assembleia e perguntavam quem tapava os buracos na freguesia e diziam que era com a Câmara. A Câmara tinha que fazer tudo. Pretendia saber onde o Executivo iria fazer a piscina na freguesia de Lomar e Arcos já prometida há muito tempo, há vinte e tal anos. Seguiu-se a terceira e última intervenção, pela **SRA. EMÍLIA AUGUSTA SANTOS**, Presidente da Associação Mulheres de Braga, nessa qualidade apelava aos diversos Presidentes*

de Junta presentes se conseguiam arranjar um local, para iniciar a ajuda à população, diretamente, durante vinte e quatro horas, no flagelo da violência doméstica. Tinham os recursos humanos todos reunidos, não tinham onde trabalhar. Já se dirigiram a vários locais e a várias pessoas, inclusive, à Câmara de Braga. Veio, diretamente da Assembleia da República onde esteve reunida com todos os partidos, que a apoiou e iriam tenta ajudar. Perguntaram o que a Câmara Municipal estava a fazer por elas. Estavam à espera de uma resposta da Câmara Municipal, tendo havido já uma reunião com diversas pessoas e com o gabinete de apoio à violência doméstica, não percebendo muito bem, ainda, como atuavam. O que percebeu era que durante o fim-de-semana e depois das cinco ou seis da tarde pouco se podia fazer a não ser ligar para o cento e quarenta e quatro. Tinham um projeto em grande para apoiar todas as pessoas vítimas de violência doméstica, mulheres, homens, crianças e idosos. Daí ser necessário o espaço, com urgência, porque a associação estava criada e não havia espaços disponíveis em Braga, para poderem responder às necessidades, para poder ajudar a encaminhar e não fazer com que as vítimas fossem deslocadas para vários quilómetros fora da cidade, enquanto os agressores ficavam por cá. Se houvesse escolas abandonadas ou outros espaços que pudessem utilizar, mesmo sendo necessário obras, já tinham quem colaborasse nesse sentido. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em que interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para proceder à apresentação de um **Voto de Louvor** do seguinte teor: "Jeronymo Portilo, que morava à entrada da rua de São Marcos, «homem muito piedoso, e que inspirava nos seus discípulos os mais religiosos sentimentos», resolveu com os seus alunos fundar uma «confraria juvenil» no longínquo ano de mil quinhentos e oitenta e um, «para com ela promoverem e manterem o culto,

conservação e ornato, no dia próprio do referido cruzeiro da proximidade: o que no mesmo ano fora aprovado pelo Ordinário da cidade». "Foi bem aceite a ideia do mestre-escola pelas pessoas gradadas da cidade e mesmo de fora, que entraram para membros da nova Confraria, como o licenciado Pedro da Grãa Botelho, um dos homens mais ilustres da cidade, o mestre-escola da Colegiada de Cedofeita, António Martins Tinoco, o virtuoso Abade da Giela, João Dias Leite e muitos outros que assim contribuíram para a expansão da Confraria que via aumentar com o número de devotos as muitas ofertas que faziam à devoção à Santa Cruz". É assim desta forma singela que o saudoso Luís Costa, no seu livro "O Templo de Santa Cruz" nos relata o nascimento da Irmandade de Santa Cruz, que a princípio se denominou Confraria do Bom Jesus da Vera Cruz, citando também Sena Freitas na sua obra Memórias de Braga, e que ao longo dos anos se tomou numa das mais antigas e prestigiadas instituições da região e do País. Ainda citando Sena Freitas, "suplicou a Confraria ao Prelado de então para se estabelecer na capela do Espírito Santo, na velhíssima capela de São Marcos, mais tarde demolida para dar lugar ao imponente edifício, risco do arquiteto Carlos Amarante, e que é hoje a igreja do Hospital de São Marcos, «afim de que o Sagrado Lenho pudesse receber os maiores cultos». Muitos anos passaram e hoje, a caminho de cinco séculos de existência, orgulha-se de ter uma belíssima Igreja e um património mobiliário notável de que se destacam paramentos, alfaias religiosas, relíquias, livros e mobiliário único. Merece destaque o seu arquivo, de invulgar riqueza e diversidade, que apresenta mais de seiscentos volumes manuscritos e que foi exemplarmente organizado há mais de duzentos anos. Os Mesários, desde os seus primeiros anos de vida, tiveram o gosto e o empenho de fazerem acompanhar os momentos mais solenes da vida da instituição com música de órgão, constituindo marca distintiva desta Irmandade que sempre esteve

associada à promoção e divulgação desta forma de expressão artística. Teve ao longo da sua história três órgãos e uma dinâmica muito rica que envolveu prestigiados organeiros, entalhadores, músicos e outros artistas que fabricaram e deram voz aos órgãos da Igreja e da Irmandade de Santa Cruz. Esta instituição pluricentenária, muito reconhecida e prestigiada, mantém uma matriz assistencial assente na dignificação e na valorização da condição humana. Justamente reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social dispõe diversos serviços de apoio à infância - creche e infantário - e à Terceira Idade - lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário - que prestam serviços a centenas de utentes. É justo reconhecer publicamente a importância do trabalho desenvolvido pelo seu atual Provedor, Dr. Luís Rufo, e por toda a sua equipa, que protagonizaram nos últimos anos um conjunto de imprescindíveis reformas, com vista a assegurar a sustentabilidade e a viabilidade da instituição e a preservação das suas valências. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, delibera: Um - Aprovar um voto de louvor à Irmandade de Santa Cruz pela sua história e pelo importante e abnegado serviço em prol da comunidade e da cultura do nosso Concelho, da região e do País; Dois - Exortar esta prestigiada instituição a prosseguir o seu trabalho, nas suas múltiplas valências, mantendo o foco na dignificação e na valorização da condição humana; Três - Recomendar à Câmara Municipal de Braga a atribuição da medalha de ouro do município, numa manifestação de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao longo da sua história”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado com sete abstenções**. A palavra foi dada à **Sr.^a Deputada do P.S., MARTA FILIPA AZEVEDO FERREIRA**, para apresentar um **Voto de Congratulação**, que dizia: “A equipa de futebol de praia do SC Braga venceu, em Moscovo, no passado dia dezasseis de fevereiro, o Mundialito de

Clubes, na modalidade de futebol de praia, revalidando assim o título conseguido na anterior edição da prova, em dois mil e dezanove. O bicampeonato só foi até hoje replicável pelo clube Lokomotiv de Moscovo, sendo este e o Sporting Clube de Braga os dois clubes mais titulados da com petição. É, por isso, um feito inédito para Portugal, passando a ser o nosso país, a par da Rússia e do Brasil, um dos países com mais títulos mundiais de clubes da modalidade. Esta conquista reforça o estatuto do SC Braga, atual líder do ranking internacional, fruto das conquistas mundiais, mas também do tricampeonato europeu. O Clube é ainda tricampeão nacional e detentor da Taça de Portugal, tendo vencido doze troféus ao longo dos últimos sete anos. A equipa do SC Braga é ainda a base da Seleção Nacional, que se sagrou Campeã do mundo em dois mil e dezanove, integrando nas suas fileiras aquele que foi eleito o Melhor Jogador do mundo em novembro passado, o português Jordan Santos. Ainda relativamente a esta matéria lamenta-se o facto da transmissão da final do bicampeonato do mundo de futebol de praia, que aconteceu no canal onze da Federação Portuguesa de Futebol, ter sido interrompido para transmitir um outro jogo de futebol de outro continente, ato este que provocou desagrado aos bracarenses. Com este título entendemos que estão também reforçadas as condições para que finalmente o Sr. Presidente da República, à semelhança do que já tem feito noutras modalidades, com outros clubes e com outros atletas, possa, desta vez, homenagear o futebol de praia fomentando a prática desportiva também nesta modalidade. Também no passado dia vinte e cinco de janeiro, o Sporting de Braga conquistou a segunda Taça da Liga da história do clube, após ter conquistado este título também em dois mil e treze. Assim, face a conquistas que engrandecem o desporto nacional, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem propor a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor ao SCB como prova de reconhecimento do

mérito e do prestígio alcançados em nome e para honra da nossa cidade, e que, no entender dos eleitos do PS, é motivo de regozijo local não só pelo prestígio alcançado, mas, também, pelo mérito nacional e internacional atingidos no plano desportivo como na complementaridade da projeção do nome da nossa cidade de Braga, factos que nos deixam orgulhosos e sustentam o motivo desta proposta que aqui apresentamos”. Posto à votação foi o presente voto de congratulação **aprovado por unanimidade**. Foi de seguida presente um **Voto de Louvor**, pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, revelando o seguinte: “O Grupo Municipal do Partido CDS-PP apresenta um voto de louvor aos atletas do Sporting Clube de Braga pelos títulos alcançados nos últimos meses. O Sporting Clube de Braga tem sido "bandeira" de excelência no que à qualidade dos seus atletas/equipas diz respeito. No passado mês de janeiro o Sporting Clube de Braga venceu a sua segunda Taça da Liga tornando-se campeão de inverno. No decorrer deste mês a equipa de Futebol de Praia sagrou-se Bicampeã do Mundo nesta modalidade. A atleta Mariana Machado, apesar da tenra idade, tem dado que falar pela sua tenacidade, tendo conquistado a medalha de prata nos europeus de juniores de dois mil e dezanove, nos três mil metros, em Boras, na Suécia e a medalha de bronze nos europeus juniores de corta-mato. Ainda este ano foi eleita Jovem Promessa do Ano na vigésima quarta Gala do Desporto. Também a jovem nadadora bracarense Tamila Holub tem participação confirmada nos próximos Jogos Olímpicos que vão decorrer no Japão ainda este ano. As presentes conquistas desportivas são exemplos da superior qualidade dos atletas das diferentes modalidades do Sporting Clube de Braga. O desporto de excelência consegue-se através do árduo trabalho levado a cabo por dirigentes, técnicos e atletas que todos os dias trabalham sem se desviarem do principal foco: honrar a sua modalidade e o clube

*que representam. Em dois mil e dezoito Braga teve a honra de transportar o título de Cidade Europeia do Desporto. Foi um ano de exaltação do que de melhor se faz na cidade a nível desportivo. Somos uma cidade do e para o Desporto, sendo o Sporting Clube de Braga, a par de tantas associações desportivas, responsáveis por um trabalho exímio na formação das camadas jovens, tornando a cidade numa referência em várias modalidades e orgulhando todos os bracarenses. Os nossos atletas fazem parte dos melhores. Lutando até ao último segundo, mostram que a capacidade de sacrifício, o sentido de união em equipa e a humildade constituem as bases para o triunfo. Braga vibra com as vossas conquistas. Desta feita, o Grupo Municipal do CDS-PP regozija-se com o sucesso do clube que representa Braga nas mais distintas competições. O desporto tem um papel cada vez mais relevante na sociedade bracarense, sendo estes títulos um estímulo para que os mais jovens percebam que com paixão, trabalho e perseverança, tudo é possível. Uma palavra de gratidão a todos os agentes desportivos da cidade que formam atletas, mas também cidadãos exemplares. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, promove um voto de louvor aos atletas do Sporting Clube de Braga”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada à Sr^a. **Deputada da C.D.U., RITA COSTA PINTO DE BARROS**, para proceder à apresentação de um **Voto de Saudação**, realçando que: “Nas vésperas na celebração do centésimo nono Dia Internacional da Mulher, e com ainda tanto caminho por fazer no que diz respeito à igualdade entre mulheres e homens, verificamos a falta de objetivos, medidas e estratégia do executivo municipal sobre uma matéria que diz respeito, no mínimo, a metade dos munícipes. Não chega abrir vagas para motoristas e regozijar-se com o facto de haver mulheres a candidatar-se, publicitando a sua contratação como uma medida em prol da*

igualdade de género. O "momento histórico", nas palavras Ricardo Rio, é-o também porque já ocorreu em dois mil e catorze. Não chega publicar uma nota no site do Município referindo o Programa Municipal para a igualdade, que corresponde a pouco mais do que dois protocolos para apoio às vítimas de violência doméstica. A violência doméstica está, aliás, longe de deter a exclusividade na desigualdade entre homens e mulheres, sendo, por outro lado, um sintoma desta desigualdade. A Constituição de mil novecentos e setenta e seis consagrou a igualdade na Lei, a igualdade na Vida é ainda o passo que falta dar. As mulheres continuam a ser consideradas as responsáveis primeiras sobre os filhos, sobre a lide doméstica. Vêm-se confrontadas com decisões sobre se devem escolher a carreira ou a família. Quem, nas agora mais que comuns situações de emprego precário, se vê em situação de desemprego quando engravida, quem tem grandes dificuldades em conseguir um contrato se revela que tem filhos pequenos, quem, quando exerce os seus direitos a dispensa para amamentação ou aleitação, a faltas justificadas ou acompanhamento dos filhos, a acompanhamento de familiares dependentes se vê discriminada ou vítima de assédio moral. A desregulação dos horários, a precariedade dos contratos de trabalho e o risco de pobreza continuam a afetar as mulheres de forma muito mais evidente do que os homens. É urgente que a partilha real de responsabilidade entre homens e mulheres se concretize, e as autarquias devem assumir um papel na procura de concretizar o que desde há cento e nove anos as mulheres exigem. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, saúda e associa-se à celebração do Dia Internacional da Mulher, exortando o executivo municipal a fazê-lo também; apela à participação de todos na manifestação nacional do próximo oito de março, em Lisboa, com início na Praça dos Restauradores, pelas catorze horas e trinta minutos". A este propósito

*registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que iriam votar favoravelmente a parte deliberativa, mas, como era óbvio, iriam demarcar-se das considerações feitas. Julgava que este Executivo, quer pela maioria que tinha naquela Assembleia Municipal, uma Presidente Senhora, quer pelas Vereadoras, Senhoras que também estavam no Executivo, eram a demonstração que as mulheres tinham nas suas listas, nas suas soluções, nos órgãos de administração a sua presença. Naturalmente que o estavam sempre que se encontrassem pessoas com mérito, com qualidade, com disponibilidade para cumprirem de forma inteira o seu papel e isso tinha sido feito. Naturalmente, também, que as questões da igualdade tinham estado na preocupação dos gestores, nas várias áreas em que intervêm e, quanto a isso, tinham a consciência tranquila, porque se fazia trabalho e se fazia caminho nessa área. Por isso, não se deixavam envolver em considerações de tipo panfletário ou em declarações de boas intenções com uma carga ideológica que já era conhecida de há muito tempo. Em qualquer dos casos, a parte conclusiva podia e devia uni-los e, nessa medida, iriam votar favoravelmente aquilo que vinculava aquele órgão. Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio depois a Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA, para apresentar uma **Saudação** do seguinte teor: “Considerando que: o dia oito de março, dia internacional da mulher, é um dia de luta histórica para as mulheres em todo o mundo; Que as discriminações de género entre profissões, a dupla jornada de trabalho, com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres, as desigualdades atravessadas pela pobreza, pelo racismo, pela diversidade funcional e pelos vários preconceitos que criam estigmas sobre quem é diferente ou não se encaixa na norma, persistem em todo o mundo; É reconhecido que não*

é indiferente a cor da pele, o lugar de proveniência, de residência e orientação sexual das mulheres, pois é precisamente entre as mulheres negras e emigrantes que estes problemas se agravam, nomeadamente com contratos precários e sem direitos e onde existe mais racismo e xenofobia; É igualmente uma evidência que a principal causa de morte violenta, em Portugal, é o femicídio, isto é, o assassinato de mulheres às mãos dos seus companheiros ou ex-companheiros; Que são as mulheres as principais vítimas da violência doméstica; A iniciativa "Greve Feminista" surge de uma proposta feita pelo movimento feminista internacional. A "Greve Feminista" é, sobretudo, uma greve social e simbólica. O seu centro é a realidade das mulheres, na vida concreta. Pretende-se dar visibilidade aos trabalhos não contabilizados, os cuidados informais e domésticos, realizados quase sempre por mulheres. As mulheres são as protagonistas desta mobilização, mas é essencial que nela esteja envolvida toda a comunidade. Pelo mundo, as mulheres têm tomado as ruas e as praças neste dia, marcando-o como um dia de luta, mobilização, reivindicação e resistência. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga reunida em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, delibera: Um - Saudar o "oito de março", bem como a luta e todas as conquistas das mulheres e dos movimentos feministas; Dois - Remeter este voto à Assembleia da República (Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias), à CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e às associações e movimentos envolvidos nas iniciativas comemorativas da cidade de Braga". Posta à votação foi a presente saudação **aprovada por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção do Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para apresentar um **Voto de Saudação** que revelava: "Estes anos são viagem / Entre a água e o acontecer / Ramo de astros sobre a

margem / Barco ainda por haver", assim cantava o hino da Universidade do Minho. Na verdade, estes anos foram e são viagem, são os quarenta e seis anos da melhor Academia do país. No passado dia dezassete de fevereiro, a Universidade do Minho celebrou o seu quadragésimo sexto aniversário. A Academia Minhota tem sido, efetivamente, um dos grandes motores do concelho, da região e do país, promovendo o estudo, a investigação, o conhecimento, a memória e a inovação, debatendo, antecipando e melhorando o presente e o futuro de Braga, do Minho e de Portugal. Na realidade, nos dias de hoje, não concebemos Braga sem a Universidade do Minho, mas também muito dificilmente conjecturamos a Universidade sem este território que a acolhe e abraça, naquela que é uma relação de simbiose de indubitável sucesso. Com efeito, atualmente, a Universidade do Minho, com doze escolas e institutos, tem, aproximadamente, vinte mil estudantes, dos quais cerca de treze mil de licenciatura e mestrado integrado, cinco mil de mestrado e mil e setecentos de doutoramento, e contando com dois mil oitocentos e cinquenta estudantes estrangeiros. Além disso, a Universidade tem mais de mil docentes, trinta e uma unidades de investigação, trezentos e sessenta investigadores, quase seiscentas e cinquenta bolsas de investigação, quatrocentos e quinze projetos de investigação em curso, e quase seiscentas e cinquenta funcionários. Ademais, a Academia Minhota encontra-se entre as duzentas melhores universidades do mundo com menos de cinquenta anos, posiciona-se entre as quinhentas melhores do mundo, tem um impacto económico direto de setenta e dois milhões de euros, e nos termos de uma avaliação recentemente realizada pela CCDR-N é a instituição que mais financiamento captou até agora no âmbito do Horizonte vinte vinte. De facto, todas estas informações são dados extraordinários, que revelam, de forma clara e notória, a essencialidade, a centralidade e o dinamismo da Universidade do

*Minho no quadro nacional e internacional, e que expressam a importância profunda que a Universidade tem para o concelho e a região. E num tempo em que, por vezes, a desinformação tem ampla divulgação e as ideias preconcebidas aparentam conquistar terreno, a Academia continua a exercer um papel fulcral no combate aos populismos, aos extremismos e aos preconceitos, e na defesa e no garante da própria democracia. Sempre na construção de uma sociedade livre, justa, com princípios e valores bem salvaguardados, e constituindo-se como o principal elevador social. No entanto, não obstante tudo o que poderia referir, eu, como produto da Academia Minhota, como muitos hoje aqui presentes, não posso deixar de mencionar que o valor da Universidade não reside, apenas e só, nos excelentes indicadores sublinhados e que são por todos reconhecidos. O seu valor reside, também, na sua comunidade. Alunos, professores, investigadores, funcionários, escolas, unidades de investigação e reitoria, entre muitos outros que compõem a grande Casa que é a Universidade do Minho. O seu valor reside na capacidade de formar mulheres e homens, com princípios e valores, e com pensamento crítico, mais e melhor preparados para enfrentar o dia de amanhã. Porque "Novo tempo e já memória / Dias breves em devir / É o arder na própria história / Todo o destino é partir". Nestes termos, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte delibera aprovar um Voto de Saudação à Universidade do Minho, por ocasião da comemoração do seu quadragésimo sexto aniversário, bem como a todos os que têm trabalhado para o seu sucesso". Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, numa **Declaração de Voto**, salientar que aquele voto uniu de uma forma transversal todos os grupos com representação naquela Assembleia Municipal. Todos conheciam o papel de*

*charneira de extraordinária importância que a Universidade do Minho representava no projeto de desenvolvimento para o concelho e, portanto, naturalmente, o Partido Socialista não poderia deixar de se associar àquele voto e de votar a passagem de mais um aniversário daquela que era a melhor Academia do país, a Universidade do Minho. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** apresentar um **Voto de Congratulação**, salientando que: “A cidade de Braga, é membro associado do Eixo Atlântico desde a sua criação oficial no dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e noventa e dois. Braga - então como Bracara Augusta desde o ano dezasseis da antiga era e, séculos mais tarde, como capital de Galécia Romana e Capital do Reino dos Suevos - também contribuiu, através dos tempos, com toda a sua dimensão cultural, económica, religiosa, histórica, para esta vasta região do noroeste peninsular seja o que é hoje. A nossa cidade, desde há alguns anos que tem vindo a aprofundar a sua relação com o noroeste peninsular, tendo organizado e recebido grandes eventos do Eixo Atlântico, como o encerramento dos seus vinte e cinco anos com a presença do Primeiro Ministro, os Jogos do Eixo Atlântico, a Expo cidades e outros eventos internacionais. Inclusivamente, nos anos dois mil e quinze a dois mil e dezassete, esta organização de cidades do noroeste peninsular teve a presidir à sua comissão executiva o Presidente da Câmara de Braga, por escolha consensual dos autarcas galegos e portugueses integrantes desta vasta Euro Região, num esquema rotativo de exercício da Presidência então assumido por todos. No presente ano de dois mil e vinte, Braga é a Capital da Cultura do Eixo Atlântico com um vasto programa cultural de intercâmbio de artistas, públicos e criadores de arte desta vasta Euro Região cuja grande finalidade é ainda o estreitar das relações dos seus povos, através da partilha de experiências e de projetos em comum. Em dois*

mil e dezassete foram alterados os estatutos do Eixo Atlântico no sentido do Presidente da Comissão Executiva ser eleito, em lista própria, por autarcas galegos e portugueses integrantes desta organização. Assim sendo, a Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão realizada em Braga, em vinte e oito de fevereiro delibera: Um - Congratular-se pela eleição, do Presidente da Câmara de Braga, em sete de fevereiro, como primeiro presidente eleito da Comissão Executiva do Eixo Atlântico; Dois - Manifestar a sua confiança que esta eleição irá contribuir para o aprofundamento de uma maior integração desta Euro Região com o estreitamento dos laços entre os seus povos que, apesar de diferente nacionalidade, tem um sentido identitário comum”. Posto à votação foi o presente voto de congratulação **aprovado com cinco abstenções**. Interveio depois o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para apresentar um **Voto de Pesar** do seguinte teor: “João Evangelista Vieira de Oliveira (mais conhecido como João Dias) foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar eleito após a revolução do vinte e cinco de abril, nas eleições de mil novecentos e setenta e seis, e faleceu no dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte no concelho de Amares. "As primeiras eleições autárquicas em Portugal realizaram-se a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis e João Dias foi um dos primeiros candidatos. Recorde-se que as primeiras eleições autárquicas foram as últimas de um ciclo que começou na transição para o regime democrático com a revolução de vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Em dezoito meses decorreram, entre grande agitação política e social, seis escrutínios: Assembleia Constituinte (vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e cinco), Assembleia da República (vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e seis), Presidência da República (vinte e sete de junho de mil novecentos e setenta

e seis), Assembleias Legislativas da Madeira e Açores (também a vinte e sete de junho de mil novecentos e setenta e seis), e Autarquias. "Apesar de alguma agitação social foram tempos muito gratificantes. Começámos tudo do zero. Para o Poder Local existia apenas a constituição. Toda a legislação apareceu depois". Dizia. João Dias recordava com gosto este período em que todos, independentemente dos partidos a que pertenciam, estavam apenas empenhados na construção do Poder Local. "O espírito era apenas o de servir e melhorar as condições de vida das populações. Faltava tudo: água, esgotos, caminhos, etc. Os meios de que dispúnhamos eram quase nulos, mas todos fazíamos os impossíveis para resolver essas carências e sentíamos que estávamos a trabalhar para o bem da comunidade", lembrava João Dias. Recordava ainda que "as eleições foram vivamente participadas com uma concorrência forte entre as diversas candidaturas. As questões quase nunca eram "partidárias" porque os partidos políticos ainda não estavam sequer muito consolidados". O primeiro presidente da Junta de Gualtar nasceu a vinte e um de julho de mil novecentos e quarenta e um na freguesia de Águas Santas, na Póvoa de Lanhoso, mas cedo viajou com o pai para Lisboa, onde frequentou a Escola primária e onde passou grande parte da sua adolescência. Antes de cumprir o serviço militar, para o qual se ofereceu como voluntário para integrar a Polícia Militar e cumprir missão em Angola, trabalhou num café e numa ourivesaria. Com o regresso dos pais a Braga, residiu com eles na Ponte (Devesa) e de seguida assentou em Gualtar. Trabalhou no Café São João até ingressar nos quadros da Segurança Social (Antiga Caixa de Previdência) que serviu até à idade da Reforma. Foi ainda o dono do Restaurante Santa Marta, na Falperra. "Não havia quase nada em Gualtar. Não tínhamos transferências do estado para as Juntas de Freguesia e o que fazíamos teve sempre ajuda do povo e dos poucos que trabalhavam na Junta" - recordava.

As coisas eram "muito diferentes daquilo que hoje acontece. Construiu-se a Sede da Junta sem dinheiro nenhum do Estado. Eram as pessoas que se ofereciam para a ajudar na construção." Foi também João Dias que lançou alguns dos primeiros caminhos "calçadados" e deixou, em mil novecentos e oitenta e cinco, quase a cem por cento a rede de abastecimento de água. Nessa altura decidiu abandonar a vida política. Por tudo isto ficamos mais pobres com a sua partida. A Freguesia de Gualtar recordará sempre este autarca e propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor "João Dias ". Assim: a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento do enorme autarca João Evangelista Vieira de Oliveira e endereça aos seus familiares, e amigos, as mais sentidas condolências propondo também um minuto de silêncio. Do teor do Voto de Pesar deverá ser dado conhecimento aos seus familiares". Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Foi depois dada a palavra ao **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** subordinada ao tema "O que é feito da EDP?" com o seguinte teor: "Esta é a questão que, hoje, os cidadãos colocam. O cumprimento de prazos (dez dias úteis) para a reparação/substituição de falta de iluminação de um poste ou conjunto de postes numa determinada rua nunca foi muito bom. Mas, nos últimos seis meses, a situação agravou-se drasticamente. Há situações que já foram reportadas à EDP três, quatro e cinco vezes e continuam por reparar. Há casos em que vários postes de iluminação de uma mesma rua ficam por reparar durante meses. Não nos estamos a referir a avarias complexas, que implicam abertura de valas, realização de testes para identificar a origem do problema. Estamos-nos a referir a

*uma simples substituição de lâmpadas. A falta de iluminação, como se sabe, propicia à prática de vandalismo, assaltos, resumindo, promove no cidadão um sentimento de insegurança. Sendo as Juntas de Freguesias o órgão autárquico mais próximo do cidadão, são elas que recebem as queixas e é nelas que, muitas vezes, é depositado todo o sentimento de indignação e frustração. Muitas vezes, acusam as Juntas de Freguesia de falta de ação, acusam-nas de não resolverem o problema que tanto afeta a sua vida, pois está em questão a falta de segurança de pessoas e bens. Embora saibamos que o Município não pode substituir a EDP nas suas funções, pois a propriedade dos equipamentos é desta empresa, é também verdade que é o Município que paga a conta da iluminação pública. Como "grande cliente da EDP, o Município pode e deve exigir a esta empresa que cumpra com as suas obrigações - isto é, mantenha a iluminação pública em bom estado. Assim, os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, recomendam à Câmara Municipal de Braga que: Um - Exija à EDP o cumprimento efetivo dos prazos de reparação das avarias (dez dias úteis); Dois - Obrigue a EDP a manter a iluminação pública em bom estado; Três - Caso seja legal, encontre uma forma de penalizar a EDP em termos financeiros, caso os prazos de reparação não sejam cumpridos". Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Outra **Recomendação** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, que dizia: "COVID-dezanove é o nome oficial, atribuído pela Organização Mundial da Saúde, à doença provocada por um novo coronavírus, que pode causar infeção respiratória grave como a pneumonia. Este vírus foi identificado pela primeira vez em humanos, no final de dois mil e dezanove, na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, tendo sido confirmados casos em outros países. Os coronavírus são um grupo de vírus que podem causar infeções*

nas pessoas. Normalmente estas infeções estão associadas ao sistema respiratório, podendo ser parecidas a uma gripe comum ou evoluir para uma doença mais grave, como pneumonia. Por se tratar de um novo vírus, e segundo as últimas informações das autoridades internacionais, ainda não existem dados suficientes para um total conhecimento sobre este vírus. É necessário mais tempo de investigação para se conseguir estudar as suas características, as formas de transmissão, a gravidade das infeções que pode provocar e qual o tratamento mais adequado. Não tendo sido reportados casos em Portugal, não estão indicadas medidas específicas de proteção. A Direção-Geral da Saúde está a trabalhar continuamente com as autoridades internacionais para uniformizar todas as medidas de prevenção e contenção da doença. Braga revela-se hoje uma cidade de referência a nível económico, cultural, turístico e de qualidade de vida. Movimenta muitas pessoas de várias nacionalidades e é muito natural que no contacto com as últimas notícias relativas ao que se passa na Europa, muitos Bracarenses revelem alguma preocupação com este surto. Por esta razão e sem dar azo a alarmismos, recomendamos que se devia encetar uma campanha de divulgação das principais medidas adotadas pelo SNS para este surto, através das Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia. O Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia Municipal de Braga ciente da falta de divulgação e a importância que a mesma têm ao nível do Município vem submeter a esta Assembleia a aprovação desta Recomendação dirigida ao Município de Braga e em especial à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, no intuito de se agilizar procedimentos tendo em conta o risco em causa”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Passou, depois, a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para apresentar uma **Recomendação conjunta da PS, CDU e BE**, que referia: “A última Reunião do

Executivo Municipal, que decorreu na passada segunda-feira, dia vinte e quatro de fevereiro, representa mais uma eventual viragem no Dossier Confiança. As recentes declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, afirmando que "se não houver interessados na hasta pública, a Fábrica Confiança será disponibilizada para residência universitária pública, cumprindo os processos do PIP, em parceria com a Universidade do Minho" representam uma nova postura do município neste dossier, numa decisão que abre os horizontes face à intransigência demonstrada até agora. O tempo veio dar razão às forças que sempre se opuseram a esta alienação, demonstrando que a intenção de venda do edifício foi gerida com displicência na medida em que houve sempre recusa de diálogo com as forças vivas da cidade, entre as quais a própria Universidade do Minho, numa clara demonstração de vontade em alienar o edifício o mais rápido possível. Assim sendo: a) - as propostas apresentadas pelo município, que visavam a alienação da antiga fábrica Confiança para votação nesta assembleia, se fundamentaram na inexistência de alternativas à venda; b) - na última reunião de Câmara, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, considerou a existência de alternativas à alienação e que implicam negociações com a Universidade do Minho, diversos Ministérios do Governo e outras entidades públicas que possibilitarão a manutenção da Fábrica Confiança na esfera pública; c) - as antigas instalações da Saboaria e Perfumaria Confiança foram adquiridas por via expropriativa fundada numa Declaração de Utilidade Pública; d) - a venda de um edifício municipal, no caso em fase de consulta pública para a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, deve ser a última alternativa a ser equacionada. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, recomenda que o Município cesse, com efeitos imediatos, qualquer procedimento que esteja em curso com vista à alienação da Fábrica Confiança, promovendo o diálogo e a

procura de um fim de interesse público duradouro para o imóvel e que decorra de uma auscultação real das vozes de cidadania, ao mesmo que seja capaz de responder aos anseios coletivos da cidade de Braga e dos Bracarenses”.

Colocada à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para dizer que não estranhavam aquela posição conjunta das forças da esquerda unida, ali, na Assembleia Municipal, e percebiam bem o intuito de fazer passar para a opinião pública uma opinião que não correspondia à realidade dos factos. Aquilo que, ali, foram dizer e tentar demonstrar era que o Município teve, agora, uma posição que correspondia a todas as precauções expressas, ao longo destes vastos anos que foram passando naquele processo da Confiança, só por que no processo da hasta pública não apareceram, até agora, pelo menos, compradores. Mas era bom que tivessem, pelo menos, em consideração aquilo que não só foi o processo, isso já foi, ali, detalhado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal numa Assembleia Municipal, mas, também, não confundir, exatamente, aquilo que aconteceu ou não aconteceu na hasta pública, com todo o processo que ocorreu e que poderá vir a ocorrer nos próximos passos. Primeiro ponto, não sabiam o que iria acontecer, se existiriam, ou não, ofertas através de propostas fechadas, coisa que, neste processo inicial, não aconteceu. Achava que não se deveriam precipitar, desde logo, no plano político e no plano daquilo que era a intenção da Câmara Municipal, após terem percebido que, efetivamente, não havia outra oportunidade e que não teriam outras condições para recuperar aquele edifício e, como sabiam, foi aí que começou todo aquele processo e tendo eles, enquanto Executivo, chegado à conclusão que a única solução que tinham, para garantir a salvaguarda do património, de conseguirem, dentro daquilo que era possível salvar o que ainda existia da Confiança e, ao mesmo tempo, injetar alguma

liquidez na Câmara Municipal, esses desideratos levavam-nos, obviamente, à solução última, que acabou, também, por ser apreciada pelos eleitores Bracarenses no último ato eleitoral para a Câmara Municipal, em que, obviamente, subscreveram aquela proposta de alienação da Fábrica Confiança e essa alienação haveria de ser a privados. Queria deixar expresso que, ponto prévio, não havia obsessão nenhuma com a venda, nem houve, nem havia obsessão nenhuma com a venda a privados, nem sequer com concessões a negócios mais ou menos transparentes, como por vezes se foi assistindo na praça pública. Julgava ser importante deixar aquele sublinhado, porque às vezes deixavam-se crescer aquele tipo de testemunhos em redes mais ou menos virtuais e ia-se acusando as pessoas das coisas mais hediondas e depois a realidade dos factos vinha desmentir exatamente essas acusações. Poderiam ir, ali, dizer muitas coisas, quanto àquilo que aconteceu no processo da hasta pública. Mas dizer que o resultado de todo aquele processo era a razão da oposição, achava ser a coisa menos sensata. Aquilo que acontecia, hoje, e aquilo que tinha vindo a acontecer, através da ação do Executivo, era a tentativa de encontrar uma solução para aquele equipamento. Já sabiam e não iria repetir o historial, mas de forma breve, adquiriram aquele edifício, para recuperá-lo, lançaram-se concursos de ideias, chegou-se a dizer, inclusive, que poderia ser uma solução ter a Associação Académica naquele edifício e iam pensando também porque era que essas instituições não quiseram, ou não puderam arcar com as responsabilidades daquele edifício e tiveram quase no fim uma plataforma que se deu ao trabalho de tentar gizar soluções mais ou menos responsáveis, para o futuro de um edifício que, como todos sabiam, não era fácil de recuperar e, sobretudo, não era fácil de manter. Portanto, quando, ali, chegados, tinham uma Câmara Municipal empenhada naquele processo em dar garantias de solidez às exigências que para

si própria colocou no início do processo, tendo no processo de hasta pública e naquele processo todo de alienação do edifício colocado garantias e salvaguardas severas, não só para as finalidades, como, também, para o conjunto do edificado e do património que ainda subsistia, como poderiam dizer que agora a questão se resumia, de forma minimalista, a uma luta entre privados e públicos e agora que aparecia uma instituição ou a possibilidade de uma instituição pública poder ficar, pelo menos, com a exploração, porque não acreditava nem acreditavam e tinham a certeza que ao contrário de algumas das notícias que vieram a público não estava em causa a cedência gratuita, no sentido de proporcionar a propriedade do edifício a uma instituição pública, fosse ela a universidade ou outra coisa qualquer, havia, sim, a possibilidade de exploração daquele edifício, eventualmente, nos mesmos termos que um privado teria, através do famigerado PIP. Portanto a questão não era público versus privado. Nem podiam dizer que a solução da Universidade do Minho era ótima, que a solução do privado seria péssima. Não era essa a discussão que tinham que ter, ali, nem foi nunca esse o ponto que a Câmara Municipal colocou. O que tinham, em termos factuais, era a impossibilidade de colocar fundos públicos na recuperação daquele edifício. Não havia fundos comunitários. Já foi dito, redito e mais do que provado sobre isso. Encontraram uma solução que conseguia, pelo menos, compatibilizar essas tais garantias de salvaguarda do património e, aliás, como todos sabiam, o Conselho Nacional de Cultura pôs o carimbo a dizer sim senhor, excelente projeto, avancem com ele, nestes mesmos termos, porque consideramos que era perfeitamente compatível com o entorno e com o contorno cultural daquele mesmo edifício. E, dizerem, agora, que o que aconteceu, através do enunciado que o Sr. Presidente da Câmara fez nos últimos dias da possibilidade da Universidade do Minho entrar naquela fase do processo e, eventualmente,

ficar com aquele mesmo edifício e, aí, então conseguirem chegar a uma outra solução de outro nível e diferenciada daquela que tinham, hoje, não era nem uma vitória, nem uma derrota e era aí que achava que estavam perfeitamente a confundir os planos em que se estavam a mover. Aliás, se isso viesse a acontecer, estavam a falar de uma solução, para o futuro que quase em nada, como disse há pouco, diferenciaria daquela que seria a de um privado assumir esse encargo. Portanto, tinham que ter muito, muito cuidado naquilo que diziam e na informação que queriam prestar para o futuro, quer para a cidade, quer para os seus eleitores, quer para todos aqueles que em Braga os estavam a ouvir sobre aquele assunto que era sensível, complexo, que sobre ele já se escreveram páginas de jornal, opiniões em fim. Mas julgava que, fundamentalmente, haveria que dizer o seguinte: o processo tal como se desenrolou e como se encontrava hoje em dia, imaginassem que, efetivamente, não apareciam propostas nenhuma agora na hasta pública. Diria, como já alguém disse no plano nacional, não haveria drama e era a essa conclusão que teriam que chegar. Para si, parecia-lhe, que do ponto de vista patrimonial, o que acontecia era um agudizar da situação em que estava o edificado, porque iria ter que ficar mais tempo à espera de projetos, de eventuais possibilidades financeiras de apostar ou não apostar na renovação da Fábrica Confiança. Do ponto de vista financeiro, já sabiam, a Autarquia não iria arrecadar essa receita, se de facto não houvesse propostas. E isso era mau. Era mau, não era porque a Autarquia precisasse desse dinheiro de forma urgente, mas, obviamente, que a almofada era diferente e gerir as contas com uma almofada de mais três milhões e meio de euros, era diferente de não a ter, sobretudo, com o linchamento das finanças a que assistiam, com as sucessivas sentenças do estádio municipal a caírem nas contas da Câmara mês após mês. E, depois, do ponto de vista político, diria, o Executivo, para si e para todos, saía

completamente imaculado. Tinham um propósito que foi eleitoralmente veiculado aos eleitores, foi votado e foi aprovado. Tentaram, naquilo que lhes competia levar esse desiderato a bom termo. Aquilo que aconteceu até agora foi que não apareceram essas propostas. Veriam se apareceriam. Criaram, através do projeto que foi aprovado, que agora estava, mais uma vez, através das providências cautelares, que iam surgindo, em discussão jurídica, eventualmente, só deveria estar em discussão política, mas continuava em discussão jurídica, portanto, veriam o que iria acontecer, um projeto que teve a tal chancela do Conselho Nacional de Cultura. E, portanto, do ponto de vista financeiro, não era tão bom como gostariam que fosse. Não era bom para a cidade, não era para este Executivo, era dinheiro que não ia para os bolsos da Autarquia e que poderia servir para projetos importantes e, sobretudo, para garantir que tinham a margem financeira, para pagar aqueles encargos que iam acontecendo graças ao passado que, infelizmente, lhes foi sendo legado, através das tais sentenças do estádio municipal. Era verdade, era o que tinham, infelizmente. Podiam bater palmas, mas essas palmas não pagavam as dívidas que iam tendo e que se iam acumulando e acrescentando. Tinha toda a razão o Sr. João Nogueira, quando dizia efetivamente que as costas iam dobrando, dobrando, dobrando, mas, felizmente a alma era muita e a capacidade também e tinham conseguido indo debelar os vários problemas que lhes foram legando. Mas o que importava, agora, para o futuro, parecia-lhe, era esperar para ver o que iria acontecer no dia onze de março e não precipitar, ali, ações, que eram completamente extemporâneas. Tinham um processo em curso que juridicamente tinha relevância, que politicamente, também, tinha relevância e que não podia ser afastado só porque agora a geringonça do concelho entendia que havia um facto político, que tinha que marcar, ali, na Assembleia, como seu e uma grande vitória

que ainda não aconteceu, que nem via como pudesse vir a acontecer. E, portanto, aquilo que havia, era aguardar que esse processo se desenrolasse tranquilamente, ver como ele terminaria e se terminasse sem apresentação de propostas tinham, felizmente, como já viram e, mais uma vez, era um atestado de que este Executivo estava comprometido com soluções, não com manifestações de vontade, nem com ativismos cívicos inconsequentes. Estava sim, verdadeiramente empenhado em garantir soluções para aquele edifício. Tinham já em vista, se aquela primeira solução não fosse possível, conseguir junto da Universidade do Minho e tinham essa recetividade e julgava que isso era positivo, foi notado como positivo por parte de todos, uma eventual solução, para que, finalmente, houvesse um desfecho positivo, para a Fábrica Confiança. Por isso, quanto àquela recomendação, tinham, obviamente, que votar negativamente. Interveio, novamente, o Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO, para fazer um ponto de ordem à Mesa, para em próximas circunstâncias em que o tempo do Partido Socialista, no período de antes da ordem do dia se acabar, pediam também aquela complacência sem solicitar, para que o tempo das Juntas começasse a contar em nome da sua bancada, ao que a Presidente da Mesa respondeu que deveria, de facto, ter feito essa referência. O mesmo Deputado agradeceu, ainda, a intervenção do Sr. Deputado João Marques, que tal como sempre lhes levava um discurso pré formatado, muito coerente sobre aquilo que era o rigor da gestão pública municipal e sobre aquilo que era o rigor e a seriedade das tomadas de decisão da Câmara Municipal. O que era certo era que havia que desmontar um discurso que não era apenas do lado do Partido Socialista, da CDU, do Bloco de Esquerda, das Plataformas Cidadania e Cultura, que se juntaram em volta da salvaguarda da Confiança, que era um discurso que o Deputado João Marques acabou por rematar, ainda que acreditasse

ingenuamente, porque não fazia parte da cartilha do poder de dizer que a Confiança servia, efetivamente, para um princípio, apenas, que era a de suprir as necessidades de tesouraria do Município. Era isso que tinha vindo a ser prometido a fornecedores. Era isso que tinha vindo a ser prometido a autarcas. E o que era certo era que não havia outra justificação que não fosse a necessidade urgente de fazer tesouraria. Aliás, recordava umas declarações do Sr. Presidente da Câmara, dois ou três dias antes da hasta pública, em que o próprio afirmava não ter dúvidas de que a hasta pública seria um sucesso. Ora, na aviação, isso chamava-se um borrego. Quando o avião se fazia à pista e não tinha condições para aterrar era obrigado de novo a fazer uma manobra de aproximação com maior segurança e era precisamente isso que o Município estava a fazer, um belíssimo borrego. Ninguém apresentou propostas na hasta pública e agora iam moderar o debate e moderar o tom, porque não sabiam se alguém estava disposto a aturar os tipos que queriam a preservação da Confiança, e, portanto, iriam ver como isso corria. Era aí que estavam a confundir as coisas e havia uma necessidade muito grande de confundir as coisas e de fazer daquela Assembleia Municipal uma caixa de comentários do facebook, aliás, como foi demonstrado na última Assembleia Municipal. Mais uma vez a Coligação mentiu, quando disse que esgotou todas as possibilidades de financiamento. Mais uma vez o PSD mentiu, quando dizia que não havia outras alternativas à requalificação e preservação do património da Confiança se não a alienação, uma vez que não foram sequer foram esgotadas todas as alternativas. Portanto, sobre mentiras, estavam esclarecidos. Mas permitisse-lhe o Deputado João Marques, com toda a seriedade que lhe dissesse, aquele processo tinha tanta urgência, já estavam quase em meados de dois mil e vinte, o novo quadro de fundos comunitários já estava a ser renegociado para os próximos sete anos e visse que entre

*providências cautelares, ainda vinha aí o novo quadro comunitário que iria permitir arranjar dinheiro para aquilo. Porque era preciso saber governar a cidade sem ser apenas a gerir a sua decadência e era isso que o PSD tinha feito. Não ser apenas um saca-rolhas. O PSD tinha vindo a ser um saca-rolhas. Um dia foi utilizada essa parábola naquela Assembleia e o que era certo era que o PSD tinha-se vindo a limitar a ser um saca-rolhas que a páginas tantas, sempre que não lhe convinha, surgia com o discurso das dívidas do PS. Imaginassem só, não iria acontecer, mas se o PSD governasse a cidade durante trinta e sete anos como PS governou, eventualmente, dali a trinta e um anos, ainda estariam a discutir as dívidas e os esqueletos, que o PS deixou à cidade e aos Bracarenses. A este propósito, interveio, ainda, a Sr.^a Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que gostaria, apenas, de acrescentar, ali, um aspeto e ajudar, até, o Sr. Deputado João Marques, ou, então, pedir-lhe que lhe pudesse explicar, porque era um instrumento que poderia ser útil para todos, que era no momento pós-eleitoral, conseguir perceber exatamente qual foi o motivo de que todos os Bracarenses votaram no PSD. Pelos vistos o PSD tinha algum instrumento que conseguia aferir que todos os Bracarenses que votaram na Coligação foi por causa da Fábrica Confiança. No entanto, acrescentava um outro pormenor e iria ter que repetir o que o orador anterior acabou de dizer, não era a única mentira que, ali, foi dita, hoje. O Sr. Deputado João Marques, como tem sido, até, habitual, o próprio Sr. Presidente Ricardo Rio já o disse na última reunião e várias vezes, usavam esse argumento, que ainda por cima era falacioso, era absurdo dizer que toda a gente que votou no PSD foi porque queria a alienação da Confiança, especialmente, e a mentira estava aí, facultada, mais uma vez, pelos senhores Deputados do PSD, era que no ponto doze do programa eleitoral do PSD, submetido, em dois mil e dezassete, a votação, falava da*

“análise do futuro da antiga Fábrica e Perfumaria Confiança”, estava a citar o programa, “tomando uma decisão definitiva sobre as suas oportunidades de reabilitação ou a sua alienação com vista ao financiamento” e tudo o resto que ali foi dito. Ou seja, aquela proposta não dizia que já tomaram a decisão de alienar, embora, de facto, já a tivessem tomado. O que estava a acontecer, era também, por parte do Sr. Deputado João Marques, uma nova falácia. Não eram eles os da ideologia, papão de esquerda, que foram ali, dividir águas. Foi o PSD. O que eles foram ali fazer foi salvaguardar o património dos Bracarenses e a Fábrica Confiança. O que foi, ali, o Sr. Deputado João Marques fazer, foi dar uma lição de política e de forma se estar cívica, que não aceitavam da sua parte. Usou, novamente, da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para agradecer a forma franca, se bem que não totalmente respeitosa, com que a Deputada Bárbara Barros, que ali foi tomar da palavra, não lhe chamou mentirosa, nem iria fazê-lo, hoje, nem lhe iria ensinar o que era a democracia, como se contavam os votos e como se criavam maiorias, porque, felizmente, em Braga nunca tiveram essa oportunidade e não percebiam bem como era que na Assembleia Municipal, como no governo da Câmara Municipal, uma maioria se formava com votos, votos dos cidadãos, que lhes davam legitimidade para fazer exatamente aquilo que foi, ali, dizer. E com isso, aquilo que referiu, e bem, do seu programa eleitoral, era exatamente a legitimidade total, para aquele Executivo avaliar e decidir sobre a alienação da Fábrica Confiança, se essa fosse, efetivamente, a decisão política que entendesse mais ajustada. E foi isso que se fez, de forma completamente transparente. Quanto ao facto de lhes irem lá dizer e dar lições sobre como gerir a coisa pública e gerir a Câmara Municipal, era preciso ter um deslante tremendo. O Partido Socialista ainda não percebeu, e ainda para bem o PSD, era uma pena, porque não tinham

*oposição à altura, na Câmara Municipal, porque isso era um sistema que valorizava, ter uma oposição capaz, valorizava o trabalho do Executivo. Mas ter uma oposição capaz, significava que o Partido Socialista, ou significaria que o Partido Socialista, já teria interiorizado os seus demónios internos e já teria percebido aquilo que correu mal e o que correu mal foi, justamente, tudo aquilo que não lhes permitia executar muitas das obras e muitos dos projetos, que gostariam de fazer, para lá daqueles com que se comprometeram no programa eleitoral e cumpriram. Estava a falar dos que estavam lá e que gostariam que estivessem. Portanto, os Senhores, antes de falarem na Fábrica Confiança, ainda por cima os Senhores falarem da Fábrica Confiança, que a deixaram chegar ao estado em que estava, sem nenhum tipo de cuidado pela classificação do imóvel, pela possibilidade de o recuperar, que tiveram durante anos a possibilidade de o reclassificar, de o comprar e nele investir, e para eles o que foi que lhes deixaram? Deixaram-lhes quatro paredes, sem nenhum projeto aprovado e com a grata tarefa de fazer tudo aquilo que não foi feito e trinta e seis anos. “Uma coisa nos distingue de vós. Julgo que nenhum dos meus colegas nesta Assembleia, gostará que o PSD fique, aqui, trinta e seis, nem trinta e sete anos. Nós gostamos da alternância democrática e vivemos muito bem com ela. E é assim que nós gostamos de ficar com toda a possibilidade de dizer aos Bracarenses, aquilo que desejamos para a cidade, mas com a humildade democrática de dizer, que também erramos, coisa que vocês ainda não conseguiram admitir”. Posta à votação foi a presente recomendação conjunta **rejeitada com quarenta e três votos contra, com duas abstenções e com vinte e seis votos a favor.** Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA,** para numa **Declaração de Voto,** dizer que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente aquela recomendação, porque desde o início daquele processo, desde dois mil e*

onze, dois mil e doze, a posição do Bloco de Esquerda foi sempre a mesma, no sentido de que a Confiança, apesar da forma como foi comprada, ou como foi expropriada, devia sê-lo para preservar o património material e cultural que ela em si mesmo encerrava e para servir a cidade nessas mesmas valências, na valência cultural e social e dinamizar a freguesia de São Victor. Para dizer que os preocupou aquilo que, ali, foi dito de que a Universidade do Minho poderia usar a Fábrica nas mesmas condições que estavam previstas para o privado. Assustava-os essa afirmação do Sr. Deputado João Marques. Dizer, também, que lamentavam que quem dizia, na altura, que por razões de preservação da memória industrial, o facto de a reabilitação do imóvel ser importante para a respetiva reabilitação daquela zona e a utilidade que o imóvel poderia ter para valências sociais, que se revestiam de interesse público, designadamente parque de exposições, auditório e museu, tivesse mudado tantas vezes de opinião, desde então até agora, e sempre no sentido do benefício do comprador privado. A palavra foi, depois, dada à Sr.^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para, numa **Declaração Política** revelar que: “Não é novo que esta maioria aposta numa imagem. Uma marca da cidade, uma identidade que, dizem, precisa de ser vendida e colada a Braga e que faz dela a melhor cidade do mundo. A melhor cidade para se viver, para se visitar, para investir, para andar de transportes públicos, para andar de carro, para andar a pé, e por aí vai. Uma identidade que insistem em criar, sem que ela tenha sempre a ver com a verdadeira identidade do concelho de Braga: um concelho feito de gente, que aqui trabalha, estuda e vive, que aqui conquista muitos sucessos ou que enfrenta terríveis dramas sociais. Braga das suas gentes, com a sua história e a sua tradição - o seu património, no sentido mais vasto que se possa encontrar. No entanto, esta maioria fez uma aposta em dois mil e treze: criar uma Braga nova,

que pouco tivesse a ver com o quotidiano das suas gentes, mas que projetasse uma imagem de absoluto sucesso. Uma espécie de estudo-caso. Segundo esta maioria, os bracarenses não passam assim tanto tempo no trânsito, como há um mês diziam as notícias, embora a cidade continue a ficar cada vez mais engarrafada em horas de ponta em diferentes pontos, enquanto aguardamos todos pelos planos e estratégias que ainda vão ser feitos de mobilidade. Mas importa mais disputar minutos que em média se passam em filas de trânsito em Braga do que apressar-se em avançar com soluções que evitem os engarrafamentos a que assistimos todos os dias. Como parece importar mais destacar alguns momentos de grande afluência às ruas do centro da cidade para promover a eficiência dos serviços de limpeza da empresa municipal AGERE e congratular os trabalhadores que, afincadamente, fazem o seu trabalho. No entanto, quando se trata de lhes devolver as horas que trabalharam a mais por pura teimosia do Sr. Presidente da Câmara em aplicar as quarenta horas aos trabalhadores do município, a história já é outra. Ou quando se fala em reforçar as equipas de varredura para se cobrir todo o território do concelho. Ainda bem que o adepto escocês que ontem testemunhou, em entrevista a um jornal, uma rápida limpeza do centro histórico durante o jogo não teve tempo de visitar as freguesias mais periféricas! O mesmo efeito procura esta maioria provocar com a generosa proposta de entregar o edifício da Fábrica Confiança à Universidade do Minho, caso não surjam investidores interessados na segunda hasta pública marcada para a sua alienação. Pois parece que o Sr. Presidente terá ficado, na verdade, com alguma inveja dos rasgados elogios que o Sr. Reitor desta mui nobre instituição teceu ao Presidente da Câmara de Guimarães, pela predisposição e apoio que aquele município prestou no processo de identificação de edifícios passíveis de reconversão para residências universitárias por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O que esta postura esconde, por sua vez, é que as hipóteses que hoje esta maioria levanta para o uso da Confiança deviam ter sido feitas bem antes de tomada a decisão da alienação, da venda do nosso património a um privado! Mas a menina dos olhos desta maioria é o tecido empresarial e as oportunidades de investimento neste concelho. Desde dois mil e treze, temos que admitir. Desde o início do primeiro mandato. Lembramos a escolha do representante da empresa Concentrix como Embaixador Empresarial de Braga: uma empresa que usa mais do que uma Empresa de Trabalho Temporário para contratar centenas de trabalhadores que não só auferem baixos salários, como têm vínculos altamente precários e sofrem constantes perseguições e pressões. No geral, temos ouvido loas aos empresários locais e ao apoio que o município, através da sua agência para o desenvolvimento, lhes tem prestado. Falamos, em específico, de um dos mais privilegiados empresários locais: a empresa BOSCH. Assessorada pela empresa municipal InvestBraga, a BOSCH conseguiu projetar o seu negócio e, inclusivamente, alargar as suas instalações, com especiais isenções de algumas taxas por parte da maioria PSD/CDS/PPM. No entanto, os responsáveis da empresa municipal, quando questionados sobre as condições de trabalho oferecidas por este empresário local, explicaram que "essa parte" já não era com eles. Claro que não! Isso sabemos nós: de diretos laborais percebe esta maioria muito pouco! Já de economia, tudo: especialmente nesta visão pós-moderna da economia local, que se confunde com a global em vários momentos, especialmente quando os esforços do município vão para uma empresa multinacional com sede na Alemanha. E chegamos aos mais recentes esforços de propaganda desta maioria: a publicação de um ranking na FDi Magazine, revista do grupo empresarial The Financial Times, onde Braga surge eleita como cidade do futuro. Depois de um investimento publicitário de trinta mil euros para uma publicação

dedicada à nossa cidade na edição de junho/julho de dois mil e dezanove, surge este ranking publicado na edição de fevereiro/março de dois mil e vinte, onde consta, à semelhança da publicação anterior, um anúncio pago pela InvestBraga. Mais: esta revista, onde foi publicado o ranking que os principais responsáveis do município divulgaram como sendo uma grande conquista de Braga e, especialmente, da maioria PSD/CDS/PPM, graças ao seu trabalho árduo e visionário na área de negócios, é uma publicação de um grupo prestador de serviços relacionados com investimento estrangeiro direto, que "ajudam agências de promoção de investimento, organização de desenvolvimento económico e outras organizações governamentais a atrair investimento". Ou seja, esta revista - que não se deve confundir com o jornal do grupo -, dedica-se a publicar a promoção de várias cidades, feita pelos próprios municípios ou organismos públicos. Seria verdadeiramente ingénuo acreditar que este destaque surgiu por acaso e que nada tem a ver com a publicidade paga pela InvestBraga neste suplemento em concreto - cujo custo poderemos confirmar quando for publicado no site de contratos públicos - ou com a publicação anterior, a tal com um investimento de trinta mil euros, de promoção da cidade. No entanto, o próprio Sr. Presidente da Câmara, quando confrontado com a publicidade paga, veio a público "esclarecer" que a única coisa que o município pagou foi uma outra publicação, tentando vestir a todo o custo o rei que ia nu. Mas não há trapinho que sirva a este rei, Sr. Presidente! Não há trapinho que esconda o que está à vista de todos! A propaganda serve propósitos muito específicos, sabemos todos disso. Facilmente ela se transforma num discurso colado com cuspe, populista, que agrada ao ouvido mais desatento embora não lhe diga nada de novo. Um pouco como o seu companheiro de armas, o líder do partido com quem o Sr. Presidente admite ter "um espaço de colaboração regular", com quem diz

ter" uma maior identidade de valores". Um partido que defende que "qualquer política migratória terá de partir da constatação do fracasso do multiculturalismo", e que, portanto, qualquer imigrante deve ser obrigado a adotar a cultura portuguesa e abdicar da sua, devendo o país optar por escolher imigrantes com raízes e culturas semelhantes à portuguesa. Um partido que fala de uma ideologia neutra, quando o que propaga e defende são medidas racistas e xenófobas. Era desta identidade de valores que falava, Sr. Presidente?" Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M. PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para apresentar outra **Declaração Política**, do seguinte teor: "A criação de Áreas Metropolitanas tem como finalidade a união de esforços de vários Municípios com grande densidade populacional, que possuam entre eles uma catividade económica intensa com a partilha de uma identidade comum ou similar e que queiram delinear um melhor planeamento de uma forma abnegada em prol do bem comum! Essa união de esforços vai permitir melhores resultados em menos espaço de tempo e com uma poupança efetiva de dinheiro ao Governo Central! Em Portugal, foram criadas duas Áreas Metropolitanas sendo que a de Lisboa possui atualmente cerca de dois milhões oitocentos e quarenta mil habitantes em três mil e quinze quilómetros quadrados e novecentos e cinquenta e seis habitantes por quilómetro quadrado! Já a do Porto possui um milhão setecentos e vinte e um mil habitantes em dois mil e quarenta e um quilómetros quadrados e oitocentos e sessenta e dois habitantes por quilómetro quadrado! Mas porque não criar uma terceira Área Metropolitana em Portugal? Porque não pensar no Minho para a criação dessa nova Área Metropolitana com o objetivo de aumentar as sinergias entre Municípios Minhotos e levar a si a resolução de alguns problemas estruturais que o Governo Central teima em não dar respostas adequadas? Porque não juntar as três CIMS para que as sinergias

sejam bem mais aproveitadas? Uma Área Metropolitana no Minho poderia perfeitamente gerir a manutenção das suas estradas Nacionais entre Municípios, de uma forma muito mais eficaz que o Poder Central! Seria muito mais fácil resolver "pontos negros", em menos espaço de tempo, como ainda o são a Rotunda de Infias em Braga, a Rotunda de Prado em Vila Verde ou mesmo a Rotunda de Silvares em Guimarães! Pontos Negros esses que influenciam negativamente não só um Concelho, mas toda uma Região! Uma Área Metropolitana poderia optar por uma melhor rede de transportes rodoviários ou ferroviários entre os vários Municípios ou, no caso do Minho, até poderia optar por melhorar a rede à Galiza que interessaria não só ao Minho, mas também à Área Metropolitana do Porto! A existência de uma Área Metropolitana do Minho seria a forma de conseguir competir com maior igualdade com as outras duas Áreas Metropolitanas! Basta ver o que se passou no Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes! Haveria várias hipóteses de delinear a Área Metropolitana das quais lanço três ideias: Poder-se-ia optar por escolher toda a região do Minho em que a população total é de um milhão e quarenta e oito mil Habitantes com uma densidade Populacional de duzentos e quarenta e um habitantes por quilómetro quadrado, integrando os vinte e quatro municípios; Haveria a hipótese de pensar numa Área que integrasse os nove Municípios mais populosos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Esposende, Barcelos, Vila Verde, Famalicão, Braga, Guimarães e Fafe que é constituído por oitocentos e trinta e nove mil e setenta e seis habitantes com uma densidade de trezentos e oitenta e três habitantes por quilómetro quadrado! Residem nestes Concelhos oitenta por cento da população do Minho e a área que representam é muito similar à da Área Metropolitana do Porto! Uma última alternativa seria adicionar-se aos Concelhos anteriores, Caminha, Cerveira, Valença, Monção e Vizela, em que ficaria

composta por catorze Municípios, e novecentos e dez mil e quarenta e cinco habitantes o que daria uma Área de dois mil setecentos e oitenta e cinco quilómetros quadrados e densidade populacional de trezentos e vinte e sete habitantes por quilómetro quadrado! Sinceramente, das três opções que coloquei aqui, a que mais me agrada é a da criação da Área Metropolitana com todos os vinte e quatro Municípios já que obrigaria os Concelhos mais desenvolvidos a serem solidários com os menos desenvolvidos na persecução da diminuição das assimetrias regionais! A ideia desta intervenção é apenas a de dar o mote para que se pense numa descentralização (não confundir com uma Regionalização) com a criação de uma nova Área Metropolitana, com uma matriz histórica, cultural e económica comum! Esperemos que seja catalisador de um movimento que comece no Concelho de Braga e se alastre a todos os Municípios do Minho!”

Depois, foi a vez da Sr^a. **Deputado do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** apresentar outra **Declaração Política**, que mencionava: “A alienação de edifícios públicos e com interesse histórico e patrimonial é a mais recente galinha dos ovos de ouro dos interesses especulativos e imobiliários do pós-austeridade. Acontece um pouco por todo o país e Braga, infelizmente, não é exceção. Neste âmbito, situamo-nos numa espécie de terra de ninguém onde vale tudo e a cobiça é muita e vem de muitos lados. A questão é tão mais grave quando são os próprios responsáveis autárquicos que entram no jogo especulativo desalmadamente e, como tem vindo a ser demonstrado, de modo desastroso. Desastroso é também o adjetivo que melhor se aplica ao atabalhado processo de alienação da Fábrica Confiança. Tanta cambalhota é mais digna de malabarista de circo do que de um responsável político. Graças a uma reunião do Bloco de Esquerda com a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), tornaram-se públicas as abundantes, graves e grosseiras lacunas do Pedido de Informação Prévia, o célebre PIP, o

qual pode até ser considerado como uma tentativa de ludibriar a DRCN, a Direção Geral do Património e da Cultura e a própria Secretária de Estado e a Ministra da Cultura. É que aqui não vale a pena negar. Pois somos nós próprios testemunhas, pelas diligências que fizemos junto da Ministra, da Secretária de Estado e da DRCN. É verdade que, noutras situações, a ignorância e a incompetência destes organismos estiveram na origem de arquivamento precipitados e lesivos do património. Mas isso é tema para outros espaços e de outras diligências já encetadas. Por isso, é fácil concluir que politicamente, este processo está perdido para o Presidente Ricardo Rio. Prova disso, é a mais recente cambalhota: o anúncio de que caso não haja comprador na hasta pública para a Confiança, a cede, a custo zero à Universidade do Minho para residência universitária. Sabe, e bem, que o edifício da Confiança, com o processo de classificação praticamente concluído, não pode ter como destino uma residência universitária. Por outro lado, no logradouro só pode ser construído este tipo de equipamento. Mas não para alojamento privado destinado a estudantes. De acordo com a legislação em vigor, a designação de "residência universitária" obedece a determinados requisitos que não estão contemplados no referido PIP. A saber, de acordo com o Decreto-Lei quarenta e seis mil oitocentos e trinta e quatro de mil novecentos e sessenta e seis, a criação de uma residência para estudantes depende da iniciativa de uma universidade, tem de ser autorizada pela tutela e tem como propósito providenciar alojamento destinado a estudantes com direito a ação social. Desconhece, ou finge desconhecer, o Senhor Presidente, que o que está projetado não é uma residência universitária, mas sim trezentos alojamentos para estudantes, sem, ao menos, ter o preço controlado. Em todo o caso, e também o Senhor Presidente da Câmara devia saber, e ter em consideração no famigerado PIP, que o logradouro faz parte do património em

*classificação; pelo que, aceitar a construção de qualquer tipo de edifício nesse local será, de certeza, inviabilizado pelo processo de classificação da Fábrica Confiança. Mais se acrescenta que as peças desenhadas apresentam lacunas e contradições graves que não foram detetadas nas análises efetuadas pela DRCN e pelo Conselho Nacional de Cultura, e que, portanto, não encontraram eco nos respetivos pareceres. Sendo certo que, em devido tempo, estas instâncias já foram questionadas e não deixarão de ter de se pronunciar. Tanta arrogância e falta de humildade são as características dos governantes prepotentes e não dos governantes que atuam em função do bem comum, expressão que, por certo, o Senhor Presidente da Câmara, ainda não sabe o que significa. No Bloco de Esquerda entendemos que o escrutínio, a cidadania, as associações cívicas, a democracia participativa e a oposição fazem parte da democracia. Ora, esta cambalhota marca, no nosso entender, uma viragem e o assumir de uma derrota política. Desta vez, o Senhor Presidente já compreendeu que uma maioria não é cheque em branco para que governantes prepotentes e impreparados se comportem como imperadores com pés de barro. Nem tudo está perdido. Todos aprendemos com os erros e o Senhor Presidente da Câmara tem a última oportunidade de descer até à sociedade civil e de discutir o assunto frente a frente com todos os que de alguma forma se envolveram neste processo”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO DEZASSETE BARRA DOIS MIL E VINTE, DE VINTE E QUATRO DE JANEIRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número dezassete barra dois mil e vinte, referente à sessão*

extraordinária de vinte e quatro de janeiro. Posta à votação foi a referida ata aprovada com duas abstenções. PONTO NÚMERO DOIS – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA À “ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e sete de janeiro do ano em curso, referente à adesão do Município de Braga à “AdaPT.Local – Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas”, respetivos estatutos, regulamento interno da associação e estudo de viabilidade económico-financeira, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão começou por usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS que, a propósito disse que a adesão do Município de Braga à AdaPT.Local era, antes de tudo, o assumir de mais um compromisso, para com os Bracarenses, com a missão de aumentar a capacidade do Município de incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas, nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções locais. Mais concretamente, o Município de Braga assumia como objetivos principais, a par dos Municípios signatários da Carta de Compromisso o seguinte: facilitar a troca de experiências entre municípios no intuito de fortalecimento e desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes; promover a troca de conhecimentos e de experiências entre a autarquia local, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo, ao nível da adaptação local; promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas; promover a capacitação da autarquia, nomeadamente dos eleitos e dos técnicos no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local; gerir e ampliar

o sistema de informação de apoio à capacitação no âmbito do clima AdaPT.Local. Como resposta aos desafios prementes que o mundo enfrentava, Braga tinha efetuado os mais diversos esforços, com vista a traçar estratégias de adaptação às alterações climáticas. Este era um tema absolutamente prioritário e era fundamental agir de um modo rápido e eficaz para evitar, no futuro próximo, problemas graves que pusessem em risco as comunidades. Interveio, depois, o Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para salientar que: “No que respeita às alterações climáticas, não basta mandar fechar a porta do frigorífico ou apelar a que se desliguem as luzes. A adaptação às alterações climáticas implica mudança nos modos de produção, de distribuição, de consumo, de hábitos e de formas de mobilidade. No que à Câmara Municipal de Braga diz respeito, se não cumpre a sua própria Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, e respetiva calendarização, criada em dois mil e dezasseis, com o apoio da Universidade do Minho, como irá fazê-lo no âmbito da rede AdaPT.Local? Que garantias dá que os relevantes objetivos enunciados na proposta serão cumpridos? É, de facto algo que nos intriga. Vamos evidentemente votar a favor, mas faremos o escrutínio minucioso e atento. Os sinais de alerta são já evidentes. A invasão do centro da cidade de Braga por médias e grandes superfícies comerciais, contíguas, com grandes áreas de solos impermeabilizados, destinados a estacionamento de viaturas individuais, não augura nada de bom para a cidade no que ao aquecimento global, risco de inundação e de enxurrada diz respeito. Tudo isto, não obstante a Câmara ter, como referimos, uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que é um documento rigoroso, desenvolvido por uma equipa técnica da CMB, juntamente com a Universidade do Minho, que inclui um diagnóstico sobre a situação do concelho de Braga e, o mais importante, apresenta medidas

concretas e calendarizadas de adaptação às alterações climáticas. Porém, o grande problema está na implementação dessas medidas, ou na falta dela. Até ao final de dois mil e dezanove, sessenta e sete por cento das medidas não haviam sido ainda implementadas. A falta de implementação destas medidas é claramente um problema numa altura em que as cheias, secas, ondas de calor, incêndios, etc., são cada vez mais intensos e frequentes. Mas o mais interessante e curioso é que a CMB tenha apresentado, neste início de ano, mais um plano estratégico, desta vez para cinquenta anos. Não há nenhum problema em planear o que fazer no que diz respeito às alterações climáticas e à sustentabilidade, há é que fazê-lo. Acima de tudo, há que implementar o que se planeou, que é precisamente o que a CMB não faz! Um assunto fulcral sobre as alterações climáticas é a mitigação, isto é, a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A CMB tem um plano sobre adaptação, mas não tem qualquer estratégia (e muito menos medidas implementadas) sobre como reduzir as emissões de gases de efeito de estufa no concelho. Para isso é preciso visão a longo-prazo e implementar medidas, já. Por exemplo: preservar e recuperar os grandes sumidouros naturais de CO₂ no concelho, como são os solos, as florestas autóctones, e as zonas verdes; mudar o paradigma da mobilidade do transporte individual para o transporte coletivo e modos suaves (bicicleta e andar a pé); transformar o edificado municipal para que tenha emissões zero o mais rapidamente possível (energia usada proveniente de fontes renováveis, isolamento eficaz, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados, etc.). Como referimos supra, estaremos atentos à participação da CMB nesta rede de municípios para a adaptação local às alterações climáticas, no sentido de que tal participação signifique, finalmente, implementar no concelho as medidas concretas com vista a uma verdadeira adaptação às alterações climáticas”. Outra intervenção foi registada, agora pelo Sr. Deputado

do P.S.D., JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES, para referir que: “As alterações climáticas constituem uma das nossas maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que a humanidade atravessa. O Painel Intergovernamental sobre alterações climáticas (IPCC) afirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e o seu último relatório, de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove espelha bem a situação. Logo após a sua publicação, as vozes críticas não se fizeram esperar, sendo mesmo considerado "alarmista" por aqueles que questionam a responsabilidade humana pelo aquecimento global. Esse é o caso desde mil novecentos e noventa, a cada publicação desses volumosos relatórios de avaliação das mudanças climáticas. A comunidade internacional e os decisores políticos ignoraram os avisos dos cientistas, algumas empresas semearam conscientemente dúvidas na opinião pública. Os impactos das alterações climáticas são uma realidade visível e inegável, mais que evidente. Também se prevê que a ocorrência de situações meteorológicas extremas, designadamente ondas de calor, secas e inundações, seja cada vez mais frequente e intensa. Na Europa, os maiores aumentos de temperatura registam-se nas regiões circum-mediterrâneas e no ártico. Em Portugal, a precipitação tem vindo a diminuir, tal como no sul da Europa. Estes fatores conduzem a impactos nos ecossistemas naturais, na saúde humana e nos recursos hídricos. Os sectores económicos, tais como a silvicultura, a agricultura, o turismo e a construção civil sofrerão a maior parte das consequências negativas. Para combater as alterações climáticas, as emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial devem ser significativamente reduzidas e devem ser implementadas políticas nesse sentido, uma vez que as atividades humanas são as principais fontes de emissões de tais gases. Mesmo que as políticas e os esforços para reduzir tais emissões sejam eficazes, algumas mudanças climáticas serão inevitáveis. Por esse motivo, devem

também ser desenvolvidas estratégias e ações de adaptação aos impactos das alterações climáticas à escala regional e local. No início deste mês (seis de fevereiro de dois mil e vinte), a Agência Europeia do Ambiente publicou o seu relatório «O ambiente na Europa - estado e perspectivas (SOER vinte vinte)». Nele se conclui que a Europa não atingirá os seus objetivos para dois mil e trinta sem medidas urgentes nos próximos dez anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento do impacto das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais. O relatório propõe também algumas soluções importantes, que ajudariam a colocar novamente a Europa no bom caminho para cumprir esses objetivos. O referido relatório insta os países, dirigentes e decisores políticos europeus a agir agora, a aproveitar a próxima década para intensificar e acelerar substancialmente medidas para colocar novamente a Europa no bom caminho para cumprir os seus objetivos e metas de política ambiental a médio e longo prazo, a fim de evitar alterações e danos irreversíveis no nosso ambiente. O quadro apresentado é de alguma forma, negativo, mas são apontados eixos de ação bastante concretos, por exemplo, ao nível dos governos e da governação em sentido mais lato, assim como ao nível das cidades e dos sistemas financeiros e fiscais. É neste contexto que surgiu o projeto ClimAdaPT.Local, que decorreu entre dois mil e catorze e dois mil e dezasseis. Trata-se de um projeto pioneiro para a adaptação local às alterações climáticas, que envolveu vinte e seis municípios portugueses na criação de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), entre os quais o Município de Braga, para além de diversos centros de investigação ligados ao ordenamento do território das Universidades Nova e de Lisboa, Aveiro, Algarve, entre outros organismos. Como resultado principal deste projeto, destaca-se a apresentação das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas

para cada um dos vinte e seis municípios abrangidos. Deste projeto, resultou ainda, a assinatura da Carta de Compromisso para a criação da Rede Nacional de Municípios para Adaptação às Alterações Climáticas (rede ADAPT.LOCAL), que visa dar continuidade à dinamização da adaptação local às alterações climáticas. Pensar global e agir localmente, é o contributo que todos nós podemos dar em matéria de desenvolvimento sustentável. Esta Rede tem por missão aumentar a capacidade dos municípios portugueses para incorporar a adaptação às alterações climáticas nas respetivas políticas, instrumentos de planeamento e intervenções locais, em articulação com as universidades e outras Instituições. As alterações climáticas são uma realidade. Não se trata de saber quantos graus centígrados a temperatura vai subir ou descer, mas sim, até que ponto estamos preparados para enfrentar esta nova realidade. A estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC) para o concelho de Braga, consta de um documento de cento e cinquenta páginas, elaborado no âmbito do referido projeto. Da sua leitura atenta, depreendemos que nosso concelho não foge à regra em matéria de fenómenos climáticos extremos: vagas de calor atípicas cada vez mais frequentes e intensas, a alteração do padrão e quantidade das chuvas, a redução do número de geadas no Inverno, o aumento do risco de incêndios, a degradação do bem-estar das populações, etc. E as cheias dos rios Este e Torto constituem um bom exemplo das consequências de tudo isto - eram essencialmente cheias graduais, mas agora tornaram-se cada vez mais frequentes e repentinas, o que requer especial atenção em termos de Plano Municipal de Emergência. A adesão do Município de Braga à rede AdaPT.Local, constitui um passo importante no combate às alterações climáticas, e ao mesmo tempo, um importante instrumento de apoio no âmbito do ordenamento do território, a par do Plano Diretor Municipal e do Plano Municipal de Emergência. Pensar global

*e agir localmente, é a tónica do desenvolvimento sustentável. Um desenvolvimento que dê resposta às necessidades presentes, sem comprometer as gerações vindouras. Um desenvolvimento economicamente viável e socialmente justo. Face ao exposto, o grupo municipal do PSD da Assembleia Municipal de Braga revê-se plenamente nesta proposta e felicita o Executivo pela sensibilidade demonstrada nesta temática, um passo importante para colocar o Município na vanguarda da luta contra as alterações climáticas. Com a adesão à rede AdaPT.Local, Braga só tem a ganhar. O planeta Terra não deve ser entendido como um legado dos nossos antepassados, mas sim como um empréstimo dos nossos netos”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.***

PONTO NÚMERO TRÊS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número um, do artigo septuagésimo sétimo, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dez de fevereiro do ano em curso, relativa à aquisição de serviços de auditoria externa das contas do Município de Braga, propondo-se a nomeação da Sociedade G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Limitada. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e quatro abstenções.***

PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE DOZE MILHÕES DE EUROS – ANÁLISE DE PROPOSTAS. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, em conjugação com disposto no artigo quadragésimo nono e no artigo quinquagésimo primeiro da Lei setenta e três*

barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de fevereiro do ano em curso, relativa à adjudicação ao B.P.I., de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de doze milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para dizer que: “Hoje, vem à votação nesta Assembleia, mais um pedido de empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de doze milhões de euros. Tal como nos mandatos dos executivos municipais anteriores fala-se em milhões como quem fala em tostões. Se pegarmos na Informação da Divisão da contabilidade, verificamos que o montante da dívida a médio e longo prazo à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove era de vinte e dois milhões setecentos e cinquenta e dois mil cento e trinta e seis euros, ao qual irá acrescer mais doze milhões euros. Esta situação financeira deve deixar, a todos nós membros desta assembleia, e a todos nós munícipes, muito preocupados, pois trata-se de dinheiro público, dinheiro de todos nós contribuintes. A questão que colocamos a este executivo é para onde vão os recursos financeiros próprios provenientes das receitas municipais? É triste, e preocupante, a situação de um município que depende sempre de terceiros, fundos comunitários ou banca, para realizar a sua parca obra. Sabemos que este negócio é apetecível para os bancos e a afirmação no documento que consubstancia esta proposta, de que das nove instituições bancárias que foram convidadas a apresentar propostas de planos de financiamento, cinco o fizeram é "facto assinalável e demonstrativa da confiança depositava na Autarquia". Não fosse o carnaval já ter passado e diríamos que esta era uma "brincadeira de carnaval". Todos sabemos que a banca não dá nada a ninguém, à exceção de alguns amigos da banca, e que deixaram um rombo

financeiro ao país de mais de dezanove mil milhões de euros, mas que somos nós, os contribuintes que os estamos e estaremos a pagar. Voltando ao nosso ponto da ordem de trabalhos, a CDU irá abster-se, pois consideramos importante o investimento em prol da população, em especial na melhoria das escolas, da rede viária municipal ou no projeto de musealização da Ínsula das Carvalheiras”.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, para dar duas ou três notas, apenas, sobre aquela questão do empréstimo de médio e longo prazo, para deixar claro o posicionamento do Partido Socialista. Quando, ali, há pouco, no período de antes da ordem do dia, se discutia a decisão sobre a Confiança, não numa lógica orçamental, mas sim numa lógica de opção, sufragada de acordo com um plano auscultado publicamente em eleições autárquicas, em dois mil e dezassete, a crueza dos números vinha, naquele ponto logo a seguir, desmentir aquilo que foram as declarações e o pensamento, ali vertido, pelo Deputado João Marques. Infelizmente, havia hoje um quadro de contexto da Câmara Municipal, que se continuava a escudar no passado, nos esqueletos, em trinta por uma linha, e que tinha uma dificuldade muito grande em assumir o facto de já estar há sete anos na governação do Município, pareciam sete meses, mas eram já sete anos na governação do Município, para de alguma forma mascarar alguns dos seus insucessos naquilo que era a construção e a governação da cidade. O Partido Socialista tinha sobre aquela matéria duas notas que queria vincar. A Câmara Municipal de Braga tinha, para este ano, como limite de endividamento, dezasseis milhões de euros e iria contrair em fevereiro um empréstimo de doze milhões de euros. E, portanto, estavam a falar no início do ano, na primavera do ano dois mil e vinte, a Câmara esgotava, quase por completo, a sua capacidade de endividamento, ficando, naturalmente, com pouca margem de manobra, para

qualquer tipo de necessidade, que financeiramente tivesse que vir a suprir. E tinha muitas, nomeadamente, ainda, hoje, discutia com um conjunto de autarcas e até nem eram só do PS, eram autarcas de outras forças políticas, que tinham, hoje, obras por liquidar há dois, três anos. Obras completas, prontas, inauguradas, faturadas, com tudo entregue na contabilidade municipal. E, depois, havia episódios absolutamente extraordinários, como quando o responsável, um funcionário municipal, justificava o não pagamento das faturas, com aquilo que eram proveitos esperados, que dependiam, como todos sabiam, da aprovação na Câmara Municipal, na Assembleia e de um conjunto de outros pressupostos. E, portanto, esta Câmara, hoje, que tanto criticou noutras contextos a forma de gerir o Município com lógica do recurso à dívida e ao crédito, procedia, hoje, da mesma maneira. E fazia-o, também, quando atirava a questão dos esqueletos na mesma lógica que no passado e que tantas vezes usou como argumento contra o Partido Socialista. O Partido Socialista construiu o estádio em dois mil e quatro, que tinha a virtude e os defeitos que todos conheciam, que o interveniente, pessoalmente, do ponto de vista do futebol, achava que tinha mais defeitos do que virtudes. Era um adepto do futebol e via futebol em muitos estádios e não tinha nenhum problema em dizer isso. Mas não podiam, e isso acontecia demasiadas vezes, era dizer que o estádio e outros estádios que regularmente iam sendo usados, era a fonte de todos os nossos problemas, e lá fora quando se ia representar a cidade, usavam o estádio como um grande “ex libris” do nosso território e como uma grande bandeira, prémio Pritzker, naturalmente não batia a letra com a careta e que descredibilizavam a ação e as escolhas e opções deste Executivo Municipal. E sobre deixar presente para o futuro, aquele empréstimo também deixava um extraordinário presente para o futuro. Tinha um período de carência de dois anos, portanto começaria, apenas, a ser liquidado em dois mil e

vinte e dois e prolongar-se-ia no tempo durante dezasseis anos. Provavelmente, tinha poucas dúvidas disso, apesar do Deputado João Marques achar que não acontecerá, mas dada a sua cultura e a sua boa aventura, sabia da forma como olhava para a rotatividade democrática, provavelmente, ao fim daquele tempo, não estaria o PSD na gestão do Município e seriam outros à mesma, como hoje acontecia com o PSD, a ter de pagar as dívidas, que outros contraíram. Mas isso ao PS não lhes fazia muita confusão, porque era mesmo assim no quadro da gestão da coisa pública. Aconteceu nos vários governos, no plano regional e acontecia, também, naturalmente, no plano local. O Partido Socialista, naturalmente, iria, naquela Assembleia, de conformidade com aquilo que fez na Câmara Municipal, abster-se no ponto em apreço, uma vez que entendia que era uma decisão de gestão e que as decisões de gestão cabia, naturalmente, a sua responsabilidade, ao Executivo Municipal, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores com pelouros atribuídos, mas não poderia, de uma forma muito calara, deixar, ali, aqueles alertas, porque quem tantos esqueletos chamava, não deixava de ser interessante qua também esqueletos semeasse. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, a propósito, reafirmar uma coisa que, no fundo, já foi abordada. De facto, não compreendiam, que quem ia, ali, criticar os esqueletos que encontrou no armário, fizesse um empréstimo, com um período de carência de dois anos, porque por muito próximo que estivesse do Espírito Santo, não cria que lhe tivesse segredado à orelha que fosse ser eleito para um novo mandato. Ou seja, isso seria, eventualmente, um esqueleto que ficaria para quem viesse a seguir. Por outro lado, aquela facilidade em contrair um empréstimo de doze milhões de euros, ainda que a justificação fosse, de facto, a que vinha no programa de investimento, que vinha em anexo, muito dificilmente até às eleições, seria quase

*impossível, até à eleições, a Câmara Municipal executar todas aquelas obras. Ou seja, consumir doze milhões de euros naquelas obras. Mas de facto, o que ali dizia, nomeadamente, o que diziam os bancos, era que esse dinheiro era para aquele fim. Se lhes foi dito ou não, não sabiam, mas era isso que afirmavam. Seria louvável, igual esforço, ao contrair um empréstimo daquela monta, para salvaguardar o património do valor da Fábrica Confiança. Aí era que via a coragem. Até, porque quando havia uma coisa que nos movia, e sem dúvida nenhuma, há pouco citou o depoimento do Sr. Presidente da Câmara no Tribunal Administrativo de Braga, ficava-lhe bem lutar, até às últimas consequências, por aquilo que considerava ser o valor patrimonial e cultural da Fábrica Confiança. No fundo, até nem era assim tanto dinheiro, porque havia obras a serem feitas por fases e o preço se repercutia em vários orçamentos. Não podia fazer aquela ligação, porque doze milhões eram doze milhões. A cerca de um ano, até às próximas eleições, com certeza que não iriam distribuir dinheiro, para angariar votos, presumia. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para salientar que: “Só é possível aumentar a margem de investimento do município, sem penalizar os munícipes, através de três formas: através dos fundos comunitários; através da venda de património ou, pela contratação de empréstimos. E a distinção entre este Executivo e Executivo Socialista, também se percebia naquele empréstimo. A contratação deste tipo de empréstimos é um ato de gestão pública perfeitamente justificável, desde que seja feito de acordo com a lei, de forma pública e transparente, como os senhores deputados puderam analisar. É necessário também que sirva para financiar investimentos reprodutivos, com respeito pela capacidade de endividamento da autarquia. A opção por este tipo de financiamento é uma opção do município de Braga, assim como é a de muitos*

municípios por este país fora, uma vez que os fundos comunitários, designadamente o Portugal vinte vinte, não incentivam projetos infraestruturais. Como era que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, dizia que não se devia fazer aquele empréstimo e ao mesmo protestava contra o estado das estradas ou do estado das escolas? Quando aquele empréstimo era precisamente para suprir o problema da mobilidade em Braga, para aumentar a qualidade da mobilidade em Braga e para aumentar a qualidade de ensino dos nossos estudantes e das crianças e dos adolescentes? Não se percebia. Este executivo, desde que iniciou funções, há mais seis anos, nunca aumentou os impostos municipais. O aumento da receita fiscal do município é apenas a consequência do aumento da atividade económica no concelho. As taxas municipais ou não tiveram variação ou desceram de valor. Os bracarenses, dependendo dos grupos etário ou sócio económico em que se inserem, pagam menos IMI, IRS, DERRAMA, como pagam menos pelos transportes urbanos ou pela água. Assim, para a contratação do presente empréstimo, foram convidadas nove instituições bancárias para apresentarem uma proposta, com critérios públicos e transparentes, tendo sido escolhida a melhor proposta, conforme publicamente se pode apreciar. Vamos agora analisar este empréstimo face à capacidade de endividamento do município de Braga: O limite para dívida total da autarquia é um pouco acima de cento e trinta milhões e duzentos e cinco mil euros. A dívida total do conjunto do universo municipal (que inclui as empresas municipais) ronda os quarenta e cinco milhões e setecentos e cinquenta e dois mil euros. Pelo que a margem absoluta da dívida, que é a diferença entre o limite da dívida da autarquia e a dívida orçamentada de todo o universo municipal, é de cerca de oitenta e quatro milhões e quinhentos mil euros. Segundo a lei, a capacidade de endividamento da autarquia será de vinte por cento sobre este montante, o que perfaz a quantia exata de dezasseis milhões,

oitocentos e noventa mil e seiscentos e dezoito euros. Este empréstimo bancário de doze milhões de euros está, portanto, abaixo da capacidade de endividamento da autarquia. A acrescer a isto, e não menos importante, é o facto deste executivo municipal ter vindo a amortizar a dívida em cerca de seis milhões de euros por ano, o que faz com que, dessa forma, a capacidade de endividamento da autarquia vá sempre aumentando. Assim, à medida que gradualmente vai sendo pago a dívida durante o ano, a potencial capacidade de endividamento da autarquia aumenta também. É maior, por essa razão, a capacidade de endividamento do município no final do ano do que a existente imediatamente após a contratação deste empréstimo. É também de realçar a possibilidade deste empréstimo poder ser pago antecipadamente, no todo ou em parte, sem penalizações para o município. Esta possibilidade é muito positiva porque permite o fim do empréstimo antes do prazo de dezasseis anos, desde que a Câmara tenha possibilidades de o fazer. Este empréstimo nada mais é; do que um ato correto de gestão pública, por todos os motivos elencados. É importante realçar que os investimentos subjacentes à contratação deste empréstimo, serão financiados também por verba municipal no valor de cerca de três milhões e quatrocentos e oitenta mil euros, que corresponde a aproximadamente quatro por cento do orçamento municipal, sem fundos comunitários. O montante total da verba usada, é de cerca de quinze milhões e quinhentos mil euros. Cinquenta e quatro por cento desse montante será destinado a investimentos na área da educação em vários edifícios escolares espalhados pelo concelho. Serão obras profundas - a maior parte financia das com montantes muito superiores a um milhão de euros - que visam a melhoria das condições de ensino das nossas crianças. Nem se percebe como é que o Partido Socialista, bem como o Bloco de Esquerda, com financiamentos criteriosos como este, defende que se hipoteca gerações futuras

*com investimentos em escolas. Este financiamento é importante também para a qualidade de vida e para o desenvolvimento económico do concelho, pela melhoria da mobilidade, conseguido através de obras em infraestruturas rodoviárias já deficitárias sem intervenção há mais de quinze anos. Por último, este financiamento apoia uma das componentes muito importante da atividade do nosso município que é a Cultura e a valorização do nosso património cultural e histórico. O empréstimo servirá também para uma importante intervenção com vista à valorização, musealização e visita do conjunto arqueológico da Ínsula das Cavalheiras. Segundo os motivos apontados, a contratação do empréstimo em causa é um competente ato de gestão pública pelo que o grupo parlamentar do PSD não hesitará em aprová-lo nesta assembleia municipal”. Voltou a intervir o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, em primeiro lugar, permitisse o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, que lhe dissesse que o Bloco de Esquerda era favorável a que as estradas, as escolas fossem devidamente reparadas e se fosse necessário obter empréstimos para isso, pois que se fizessem. Dizia nos documentos, finalidade – financiar os projetos identificados no anexo dois, e a pergunta que colocava era os doze milhões só poderiam ser utilizados para aquilo? Poderiam fiscalizar se seriam utilizados para isso? Para o que constava no anexo dois? Se ficassem indexados a isso, iriam ver. Agora, o PSD não podia garantir que tinha tempo para isso. E depois havia outra coisa, o Sr. Deputado não falou, ali, nas receitas próprias. As receitas próprias, não eram despiciendas. Não podia acusar o Governo, não era arauto nem defensor do Governo, mas não podiam acusar que aumentava os impostos e o Sr. Ministro vinha dizer que os impostos subiram por força da dinamização da economia, mas, depois, para o concelho de Braga, esse argumento já não servia. Ou seja, o Sr. Presidente da Câmara, dizia ali, que: “Ricardo Rio destacou o bom*

desempenho da receita fiscal, mesmo em ter havido qualquer aumento de impostos”. Era exatamente o mesmo argumento. E o aumento não foi despiendo. Foram cinco vírgula cinco milhões de euros. Era desse montante que estavam a falar. Sendo certo que foram arrecadados cerca de quarenta e oito milhões de euros em impostos. Não estavam propriamente a falar de uns trocos. Uns trocos eram doze milhões de euros, comparados com aquilo. Não dissessem que as receitas próprias, porque para despesas com pessoal, gastou-se vinte e seis vírgula quatro milhões de euros, ainda sobrava muito, não cria que o resto fosse para as tendas que estavam um bocado semeadas como cogumelos por toda a cidade. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para realçar que ficasse bem claro, naturalmente, até porque muito crítico àquilo que era hoje a situação das estradas, da mobilidade, hoje tema central daquilo que ia marcando o dia-a-dia e a perda da qualidade de vida de muitos Bracarenses, e também a questão das escolas, que era uma prioridade da visão política do Partido Socialista, a escola pública, dizer que, obviamente, o PS não estava contra os objetivos daquele empréstimo, que lhes pareciam bondosos e com os quais concordavam. Aquilo que lhes parecia não fazer sentido e que dava tema para uma discussão mais aprofundada, era o facto de, por exemplo, algumas das requalificações propostas, das quais, aos dias de hoje, não eram conhecidas propostas, projetos, ideias mais consolidadas sobre a matéria, não batiam em termos de prioridades, com aquelas que eram as prioridades que estavam elencadas na Carta Educativa do Município. E, portanto, isso, naturalmente, cumpria perguntar se a Carta enunciava um conjunto de escolas prioritárias e algumas dessas, hoje, que iam elencadas e associadas àquele empréstimo, não eram escolas tidas como escolas prioritárias de intervenção em sede dessa Carta Educativa, perdoassem, mas alguma coisa não

batia a letra com a careta. Alguém não estudou devidamente esse dossier e não olhou com o cuidado devido. Depois, dizer também, que aquilo que os preocupava e porque, também eram de boas contas e se preocupavam com uma ideia para o futuro da cidade rigorosa, cumpridora, era que aquele empréstimo de longo prazo, pudesse servir para fazer uma coisa que muito tempo, durante muitos anos não foi considerado um abuso, mas que hoje, o era, claramente, que era pagar dívida com dívida, E aquilo que era importante, como disse, ali, o Deputado António Lima, era que aquele empréstimo de médio a longo prazo, não servisse para pagar dívida de curto prazo e a isso, como compete ao Partido Socialista, estará muito atento, nos fóruns e nos espaços, onde lhe competia vigiar a atividade do Município. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e três abstenções. PONTO NÚMERO CINCO – ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA E O MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de fevereiro do ano em curso, nos termos do artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, referente ao acordo de mutação dominial a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, relativo à Estrada Nacional cento e um (quilómetro noventa e um vírgula quatrocentos e quarenta e nove – quilómetro noventa e quatro vírgula duzentos e setenta) e sobre a Estrada Nacional (quilómetro sessenta e três vírgula quinhentos e dois – quilómetro sessenta e cinco vírgula seiscentos e catorze), que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade. O SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO**

*MANUEL PEREIRA DA SILVA, apresentou uma **Declaração de Voto** que referia que sobre a alteração daquela dominialidade, deixou duas ou três notas. Há aproximadamente um ano, aprovaram um documento semelhante, relativamente à alteração da dominialidade, que não teve qualquer tipo de andamento. O que pedia à Câmara Municipal, nomeadamente ao Sr. Vereador João Rodrigues, com quem já tinha falado, que acelerasse o processo. A rua Costa Gomes estava um caos, num estado lastimável. Sabia que o projeto estava pronto para avançar e o que gostariam de ver era que se acelerasse o processo para a assinatura daquele protocolo e para o início do concurso e depois, também, das obras. Não podia deixar, também, de referir e de publicamente demonstrar a sua insatisfação com a postura da Infraestruturas de Portugal, ao longo destes anos. Houve, por parte dessa entidade pública, uma falta de respeito imensa para com os moradores da rua Costa Gomes, para com os utentes da rua Costa Gomes e aproveitar, também, para louvar a paciência e a resiliência de quem lá residia há muitos anos. Só quem lá passava via e quem lá morava sentia o que esses moradores, ao longo destes anos sofreram, não só em termos de circulação em termos de segurança, mas, também, pelo facto de as suas próprias habitações estarem completamente danificadas com o estado a que chegou a rua Costa Gomes. Agradecer à Câmara, por ter tomado aquela iniciativa, esperando que, realmente, avançasse o quanto antes, porque o povo tinha uma promessa do Sr. Presidente da Câmara e estavam à espera que fosse cumprida agora.*

PONTO NÚMERO SEIS – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGA – DOIS MIL E VINTE. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de fevereiro do ano em curso, relativa à alteração do Mapa de Pessoal do Município de Braga – dois mil e vinte, que se dá por*

reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e uma abstenções.**

PONTO NÚMERO SETE – CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE MUNICIPAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS À EMPRESA MUNICIPAL TUB/EM. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea p), do número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezassete de fevereiro do ano em curso, relativa à celebração do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal com a Empresa Municipal TUB/EM, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS,** para dizer que: “A concessão que hoje votamos decorre, como todos saberão, de uma alteração legislativa no âmbito das competências de regulação e planeamento das redes de transporte rodoviário, transferidas para o município e que este decidiu, e bem, entregar à empresa municipal de transportes, a TUB, operador público cujo capital é detido na totalidade pelo próprio município. Não podíamos estar mais de acordo com esta decisão de se manter sob a alçada da gestão pública o serviço de transporte municipal de passageiros. No entanto, a análise do contrato de concessão, em concreto, e a oportunidade de olharmos para a oferta deste serviço como um todo, mereceram-nos diversos reparos e reflexões. Entendemos, na CDU, que esta teria sido uma excelente oportunidade para avaliar que serviço temos hoje no município e que serviço se pretende oferecer daqui para a frente, ou seja, aproveitar o momento desta concessão não apenas para cumprir um pró-forma de acordo com a alteração da lei, mas sim

para entender que estratégia se está a montar ao nível da oferta de transportes públicos no concelho de Braga. Esperaríamos, aliás - e tendo em conta que ainda está na calha a estratégia de mobilidade urbana - que esta fosse, finalmente, uma prioridade para este município: a de entender que só com investimento e uma ideia clara do que se quer, mais do que para esta empresa municipal, para o serviço de transporte público a oferecer no concelho, como forma de incentivar, de facto, a sua utilização e, ao mesmo tempo, promover a tão desejada descarbonização da cidade e a real diminuição do uso do automóvel. Estávamos à espera, por isso, que este momento tivesse objetivos e reflexões sérias sobre a estratégia delineada, bem como passos significativos no investimento para os concretizar. No entanto, o que vimos neste contrato é uma previsão de cristalização da situação atual, tanto ao nível das linhas existentes, como da dimensão da frota e do pessoal ao serviço da empresa durante os próximos dez anos, período de vigência desta concessão. Propusemos, por isso, em sede de Executivo Municipal, a inclusão de uma cláusula no contrato que definisse um período de revisão dos seus termos ao final de cinco anos, metade do período previsto para a concessão, que permitisse ajustar o serviço às necessidades que fossem surgindo, sem ter que aguardar pelo final do prazo total de dez anos. Não se tratava de reduzir o período da concessão, mas de permitir uma reavaliação a meio do caminho para ajustar objetivos e melhor servir os munícipes. Entendemos que este ajuste às várias necessidades que já são realidade não só é necessário como urgente, como vimos defendendo ao longo dos anos, e já que não é possível, hoje, verter neste contrato essas melhorias por não estarem ainda concretizadas, entendemos ser indispensável que o município as promova junto da TUB tão cedo quanto possível, e estas não fiquem entretanto dependentes, no limite, da execução do contrato que aqui votamos, tal como está até ao final do período de

concessão previsto. Naturalmente, para que seja possível melhorar e capacitar o serviço desta empresa municipal, é preciso que haja mais investimento, e este fica muito aquém das necessidades, pelo que podemos comprovar no que está previsto neste contrato, demonstrado pelo paulatino aumento da idade média da frota durante a vigência do mesmo. Aliás, estes documentos confirmam, desde logo, um subfinanciamento à empresa municipal, facilmente demonstrado nos trinta e oito milhões de euros a menos face ao custo que um operador externo teria pelo mesmo serviço, pelo que seria de exigir o aumento das compensações financeiras como forma de capacitar a TUB para o investimento, nomeadamente para renovação e reforço da frota e modernização dos serviços. Bem sabemos dos constrangimentos causados pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local - lei da vossa inteira responsabilidade! -, que limita as compensações financeiras do município, mas também sabemos que existe ainda margem para um reforço próximo de um milhão de euros. Para além da renovação da frota, permitindo uma maior qualidade e também maior conforto oferecido aos bracarenses, urge repensar na estratégia para melhoria das linhas existentes e, ainda, para um aumento da oferta em todo o concelho. Sabemos que há linhas que funcionam com uma regularidade de quinze a vinte e cinco minutos, que abrangem trajetos estratégicos e, essencialmente, o centro da cidade. No entanto, outras zonas do concelho continuam a ter uma cobertura menos eficaz, com frequências entre a meia e uma hora, ou com autocarros a circular apenas em algumas partes do dia para freguesias mais distantes da cidade. Embora a administração da TUB insista que as linhas funcionam em rede, as ligações entre linhas e os seus trajetos estão, na maioria, longe de servir uma lógica integrada. Existem apenas três linhas que funcionam em circuitos contínuos - os chamados circuitos urbanos - enquanto todas as outras obrigam o utente a, passando na paragem de destino daquela

linha e pretendendo continuar o trajeto, sair do autocarro, voltar a entrar e revalidar o título de transporte. Saudamos, entretanto, a intenção do município - que ficámos a conhecer ontem pela divulgação nos órgãos locais de comunicação social - criar parques periféricos articulados com o transporte público. As nossas sinceras boas-vindas a dois mil e treze! Ano em que esta maioria assumiu a gestão da Câmara Municipal e, portanto, as políticas de mobilidade do concelho e em que a CDU propôs esta mesma medida, no seu programa eleitoral e que, aliás, propunha há mais de duas décadas! Demoraram a perceber por onde é o caminho, mas vemos que, com esforço, lá chegaram! Outro aspeto que nos parece urgente é a revisão do sistema de informação da TUB, especialmente no que diz respeito aos horários nas diversas paragens de autocarro. No entanto, o próprio sistema de funcionamento das linhas carece não só de revisão e simplificação, a nosso ver, como também ele de mais ferramentas de informação que auxiliem a localizar as paragens, de onde saem e por onde passam as linhas e em que direção. Seria também já tempo de iniciar igualmente uma revisão de tarifários, simplificando-os e privilegiando os utentes regulares e de investir num sistema de bilhética que permita um melhor conhecimento da realidade e a obtenção de dados fiáveis acerca do número real de utentes da TUB. Sobre o preço dos passes, gostaríamos ainda de aproveitar este ponto para insistir que, este ano, fruto da aplicação de novos descontos no seguimento do PART, os utentes da TUB estão a ser prejudicados, já que só tiveram apoio para os carregamentos feitos para o mês de março, embora o financiamento à TUB tenha contemplado os doze meses de dois mil e vinte. Assim sendo, julgamos ser mais do que justo retribuir os dois meses de diferença pelos restantes meses do ano, aplicando seriamente o desconto atribuído por aquele programa nacional que visa, única e exclusivamente, esta aplicação e não outra. Em suma, gostaríamos que este momento tivesse sido

*aproveitado para melhorar o serviço público de transporte coletivo de passageiros; que tivessem sido delineadas estratégias e medidas que combatam a falta de informação e a falta de oferta adequada aos horários e movimentos pendulares dos bracarenses; que planeasse aumentar a frota e as linhas oferecidas; que aumentasse o conforto a bordo dos autocarros mas também fora deles: que nenhum passageiro voltasse a ficar apeado à espera de autocarros constantemente suprimidos por circularem com atraso, sem qualquer informação ou alternativa; que os bracarenses pudessem, quando confrontados com outras medidas para descarbonizar a cidade e desincentivar o uso do automóvel, em vez de preferirem optar por alternativas ao estacionamento dos seus carros, escolher, como primeira opção, utilizar os Transportes Urbanos de Braga”. Usou, ainda, da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para pedir ao Sr. Presidente da Câmara, para o elucidar sobre a subfinanciamento dos transportes, abordado na intervenção da Deputada que o antecedeu. Quando se falava que era competência dos TUB, a exploração de estabelecimentos comerciais, não sabia se isso era encontrar formas esquisitas de financiamento. Assustava-o um bocado, quando os TUB se preparavam para construir as novas instalações em Maximinos, não sabia se isso significava que as instalações iriam ser mais um shopping, ali na zona de Maximinos, para ser explorado pelos TUB. Não estava a dizer que iria ser assim. Como “gato escaldado de água fria tem medo”, não queria deixar de fazer, ali, esse reparo, porque lhe saltou à vista. A que propósito os TUB tinham como finalidade a exploração de estabelecimentos comerciais? Só se forem a venda de passes e de bilheteiras, quiosques, mas não lhe parecia que esses fossem estabelecimentos comerciais, no sentido em que ali estava. Por outro lado, lamentar que a Câmara desse logo indicação aos TUB, que podiam subcontratar pessoal. Por um lado,*

podia estar a criar problemas de futuro a uma empresa municipal, porque sabiam o que aconteceu com os precários da função pública. Por que era que a empresa não haveria de contratar pessoal. Isso indicava logo que podia subcontratar. Interveio, de seguida, o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE** para, a propósito, revelar que: “Na verdade, no âmbito da concessão do serviço público de transporte municipal rodoviário de passageiros à empresa municipal Transportes Urbanos de Braga, objeto de apreciação na presente Sessão da Assembleia Municipal, é entendimento da Bancada Municipal do Partido Social Democrata realizar várias considerações, as quais julgamos fundamentais: Primeiramente, a Lei número cinquenta e dois barra dois mil e quinze, de nove de junho, veio consagrar o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, desde logo por modo rodoviário, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. Efetivamente, a referida Lei número cinquenta e dois barra dois mil e quinze procedeu a uma revolução no setor público de transportes, adaptando ao enquadramento nacional as diretrizes europeias que determinam um regime de concorrência regulada aplicável ao serviço público de transporte de passageiros. A Lei opera uma alteração estrutural prescrevendo como regra geral a realização de procedimentos concursais para a definição do operador de transportes, num regime de concorrência regulada, sendo, designadamente, autoridades de transportes os municípios e as comunidades intermunicipais. Em segundo lugar, neste quadro, a Câmara Municipal de Braga constituiu-se como autoridade de transportes para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros no contexto municipal,

dispondo o município de um operador interno, os Transportes Urbanos de Braga, o que faz com que o caso de Braga seja particular e diferenciado das demais autoridades de transportes da região. A título de exemplo, a Comunidade Intermunicipal do Cávado, enquanto autoridade intermunicipal de transportes do Cávado, foi constituída com a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com os municípios de Amares, Esposende, Vila Verde e Terras de Bouro, possuindo como atribuições as carreiras de transporte público de passageiros existentes dentro dos municípios mencionados. Terceiro, na realidade, o processo de contratualização do serviço público de transporte coletivo de passageiros teve de observar toda uma série de fases e passos, que foram, estrita e escrupulosamente, cumpridos por parte do Município, tendo, no passado dia três de dezembro de dois mil e dezanove, culminado o processo de contratualização obrigatório. Em dois de dezembro, a minuta do Contrato de Concessão foi submetida a reunião do Executivo Municipal, e a três de dezembro foi remetida para emissão de parecer prévio vinculativo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. No dia dezasseis de janeiro de dois mil e vinte, aproximadamente um mês depois, a AMT emitiu parecer prévio vinculativo positivo, sublinhando "de forma muito positiva, a apresentação de um modelo económico e financeiro exaustivo e estruturado, bem como a comparação e quantificação dos cenários possíveis de contratualização, ao abrigo do atual enquadramento legal, dando garantias sólidas de uma execução contratual exigente, transparente e objetiva". Com efeito, este processo de contratualização sustentou-se e sustenta-se numa Visão Estratégica do Município para os Transportes Urbanos e a Mobilidade, uma Visão vinte trinta, que passa, indubitavelmente, por tornar o Sistema de Mobilidade de Braga mais eficiente e cada vez mais capaz de responder às necessidades dos munícipes, contribuindo

assim para a melhoria da sua qualidade de vida. Uma Visão que apresenta como desígnio essencial uma mobilidade urbana integrada, sustentável, universalmente acessível e solidária, fundada na mudança sistémica e qualitativa da repartição modal, na eficiência dos transportes públicos, na integração de modos, numa nova cultura de mobilidade e na comunicação e informação. Uma Visão alicerçada nas ações subseqüentes, a promover progressivamente e tomando em consideração as dinâmicas do concelho e as realidades do Município e dos Transportes Urbanos; a melhoria e otimização da rede de transportes públicos; a implementação de corredores dedicados aos transportes públicos nos eixos de maior procura e em canais interconcelhios; a redução da idade média da frota; a colocação em funcionamento do sistema de informação em tempo real nas paragens e frota; a melhoria das condições de conforto, acessibilidade e informação em toda a rede de transportes urbanos; a integração tarifária com outros modos; a implementação de sistema de bilhética integrada do Quadrilátero; a integração das aplicações da cidade e dos TUB; a criação de condições de integração de outros modos; e a criação de condições de intermodalidade com parques dissuasores. É de realçar que toda esta Visão Estratégica, todas estas ações assentam num modelo económico e financeiro objetivo, racional, coerente e sustentado, tendo especificamente em conta o passado recente, o histórico dos anos anteriores dos TUB, nomeadamente no que diz respeito à evolução estimada de quilómetros percorridos, à elaboração do modelo e das projeções financeiras, à evolução prevista das receitas diretas, ao cálculo da compensação tarifária futura e à previsão dos gastos de manutenção. Um modelo que, como enfatiza a AMT, dá garantias sólidas de uma execução contratual exigente, transparente e objetiva. No entanto, se é verdade que esta é a Visão Estratégica do Município para os Transportes Urbanos e a Mobilidade nos

*próximos anos, é também certo que cremos que é importante saber de onde partimos e onde nos encontramos, de acordo com os resultados dos TUB de dois mil e dezanove apresentados anteontem: se, em dois mil e treze, a situação económico-financeira da empresa era bastante frágil e gravosa, tendo resultados transitados negativos acumulados de mais de sete milhões de euros e capitais próprios negativos (em falência técnica), no decurso dos últimos seis anos, os TUB tiveram sempre resultados positivos, sendo assegurado o equilíbrio da empresa, e sendo que, em dois mil e dezoito, o ano terminou com capitais próprios de um milhão duzentos e oitenta e três mil e novecentos e sessenta euros; se, em dois mil e treze, os TUB perdiam passageiros, em dois mil e dezanove, a empresa transportou cerca de doze milhões e quinhentos mil passageiros, crescendo três vírgula noventa e nove por cento relativamente a dois mil e dezoito; em dois mil e dezanove, foram sessenta e quatro os dias em que os TUB transportaram mais de cinquenta mil passageiros/dia, crescendo no que respeita a dois mil e dezoito em que tal aconteceu em vinte e cinco dias; em dois mil e dezanove, a venda de títulos ascendeu ao montante de seis milhões quinhentos e treze mil e quinhentos e sessenta e seis euros, crescendo quatro vírgula sessenta e seis por cento em relação a dois mil e dezoito; e se, em dois mil e treze, a frota dos TUB estava muito envelhecida, em dois mil e vinte, será concretizada a renovação de trinta por cento da frota da empresa (sete viaturas elétricas chegam em março, e vinte e cinco a gás natural no decorrer do ano)”. E a questão era, se perguntassem se estava tudo feito, não, não estava tudo feito. Mas se perguntassem, se a Empresa TUB estava, hoje, mais capacitada para responder aos desafios da mobilidade e dos transportes no futuro, isso estava. E era, por isso, e por todos os motivos que enunciou, que votariam favoravelmente o presente ponto. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e***

seis abstenções. O Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, referiu, numa Declaração de Voto, que o exercício realizado pelo Deputado João Alcaide, era extraordinário, só que tremendamente bacoco, com perna curta, manco, atamancado, porque quem usava os transportes públicos em Braga, sentia de uma forma particular, diária, quotidiana, permanente, os problemas, que tinham na utilização dos transportes público. Estava tudo feito em dois mil e treze e não havia problemas? Claro que havia. E continuava a haver, hoje. Ora, não podiam era pintar um quadro da realidade de hoje, de uma enorme transformação, como o Vereador Carlos Almeida dizia, ali, e bem, num aparte, adiada, atrasada, feita de uma forma atabalhoada, muitas vezes, e, também, reforçava, claramente desmentida pela realidade. Havia uma necessidade imperiosa, no quadro do pensamento da cidade que queríamos ser, que implicava uma transformação colossal, vertical, de cima a baixo, daquilo que era o pensamento dos transportes, numa lógica integrada de urbanismo, mobilidade, trânsito e um conjunto de políticas que estavam interligadas e que não podiam ser pensadas de forma desconexa umas das outras. E essa era a realidade, e nisso seria acompanhado por todos aqueles que utilizavam os transportes públicos, muito mais certa do que aquilo que lhes foi, ali, o Deputado do PSD dizer, num discurso técnico, com dados, medições, um conjunto de métricas que tinham a sua importância e que reconheciam, mas que, perdoassem, esbarravam, claramente, naquilo que era a imagem da realidade da utilização quotidiana e diária dos transportes urbanos no concelho de Braga.

PONTO NÚMERO OITO – ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O THEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A., PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número cinco, artigo*

*quadragésimo sétimo da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezassete de fevereiro do ano em curso, relativa à adenda ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e o Theatro Circo de Braga, E.M., S.A., para o ano de dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Para dar início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra à **Sr^a. Deputada da C.D.U., RITA COSTA PINTO DE BARROS**, para referir que: “A CDU saúda a adenda ao contrato-programa Theatro Circo/GNRation porque ela vai no sentido de uma reivindicação nossa antiga: a de que o Theatro Circo deve ser um polo dinamizador da vida cultural do concelho, e ainda por contribuir para a concretização de uma outra proposta nossa de gestão integrada e coordenada de um conjunto de equipamentos culturais da cidade. Saudamos também a garantia dada da integração dos trabalhadores que estavam a exercer funções no GNRation na Empresa Municipal Theatro Circo, com a manutenção de todos os direitos dos trabalhadores, (nomeadamente o de antiguidade e os salariais), no processo de mudança de entidade patronal, algo que era essencial para votarmos favoravelmente este ponto. Consideramos que esta opção do executivo trará ganhos de eficiência na gestão dos espaços, maior visibilidade à programação do GNRation, bem como escala e capacidade de resposta ao Theatro Circo. Esperamos, porém, que ela não se reduza a uma medida economicista. A nossa expectativa é a de que o município irá ser beneficiado com esta decisão como um de muitos passos no investimento na Cultura, de forma a que o Theatro Circo possa melhorar a programação cultural da cidade e continuar a contribuir para a democratização do acesso a espetáculos e eventos de qualidade”. Interveio, ainda, o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE***

CASTRO, para revelar que: “Neste ponto, o CDS não poderia de deixar de votar favoravelmente este ponto, a atribuição da gestão do equipamento cultural GNRation ao Teatro Circo, é uma estratégia se adequa a uma otimização de recursos e melhoria da performance administrativa, muito importante para estas duas estruturas tão relevantes na atual dinâmica do nosso Concelho. Princípios de boa gestão que este executivo municipal tão bem põe em prática. Importa ainda realçar que esta sinergia e integração, surge numa altura de redefinição da estratégia cultural importantíssima, Braga abarca hoje iniciativas de índole diferenciada e que catapultam a Cidade e a região para índices de elevação cultural bastante elevados e dignos de exemplo. Braga é este ano Capital do Eixo Atlântico e uma forte candidata à organização da Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, fruto de um diálogo articulado com os agentes culturais existentes, bem como por implementação de medidas que dão poder e incentivam o aparecimento de mais produtores e produtos culturais. Braga é, atualmente, reconhecida como uma Cidade cultural, onde a formação de públicos, a educação e sensibilização para as diferentes formas de arte e a produção artística saem reforçadas, devido a um ecletismo cultural, que vai ao encontro das pessoas nos mais vários tipos de público. O Município de Braga, em sentido lato e a Vereadora Lídia Dias e a sua equipa do pelouro da cultura, em particular, merecem esta referência positiva pela visão estratégica que empreendem em prol do reforço da identidade cultural da nossa região (como dá testemunho disso mesmo o Programa Convergências, que decorre esta semana), mas também por permitirem o intercâmbio cultural com manifestações artísticas de outras latitudes, que nos enriquecem enquanto sociedade global”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com treze abstenções. PONTO NÚMERO NOVE –**

CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS DA RODOVIA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de fevereiro do ano em curso, relativa à concessão de exploração do bar das piscinas da rodovia, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com vinte e uma abstenções.*

PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dez e de dezassete de fevereiro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua João Paulo II”, no montante de trinta e três mil cento e dezanove euros e setenta e quatro cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Retificação e requalificação dos passeios da rua de Sandins”, no montante de nove mil quatrocentos e vinte e três euros e quarenta cêntimos; Três - União de Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Beneficiação do entroncamento da rua Nossa Senhora de Fátima com a E.N. duzentos e cinco - quatro – Santa Lucrecia de Algeriz”, no montante de vinte e um mil quinhentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas aprovadas com duas abstenções.*

PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE

FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e sete de janeiro e de dez de fevereiro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, destinado a apoiar a edição “Aldeia de Jesus”, no valor de mil e quinhentos euros; Dois - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a elaboração do projeto de “Requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Merelim São Pedro”, no valor de trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a “Manutenção da iluminação de equipamento da Junta de Freguesia”, no valor de dois mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta quatro cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar o projeto “Auditório e requalificação do complexo desportivo da piscina e construção de parque de estacionamento”, no valor de quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.** A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** alertou para uma alteração na ordem de trabalhos, que tinha seguido anteriormente, que depois de terem sido consultados todos os líderes dos grupos municipais, foi introduzido um novo ponto, designado por doze. A introdução deste ponto deveu-se à necessidade que foi justificada pelo Executivo Municipal. **PONTO NÚMERO DOZE – ALTERAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA BRAGA SUL, BRAGA NORTE E BRAGA NASCENTE.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação aprovada pelo**

Executivo em reunião de vinte e quatro de fevereiro do ano em curso, relativa à alteração de delimitação da Área de Reabilitação Urbana Braga Sul, Braga Norte e Braga Nascente, cujos documentos se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS, para dizer o seguinte: “Não discordamos das propostas de alargamento do território abrangido nas várias ARU, principalmente porque têm em vista a intervenção no espaço público. Aliás, isso é a característica comum do essencial das áreas a incluir: terem um espaço público medonho e inseguro, desregrado e dominado pelo uso automóvel. Apesar de muitas destas áreas serem bastante recentes os seus problemas são imensos. Porém, não deixaremos de sublinhar algumas questões. A primeira seria: de que vale estarmos a intervir quando as disposições do PDM relativas a áreas com a mesma qualificação das que agora estão incluídas na proposta continuam desajustadas às exigências de hoje? Vejamos: as áreas habitacionais recentes (algumas em conclusão), como as de Rua José António Cruz, Rua António Cândido Pinto [Braga Sul], envolvente à Rua Egídio Guimarães [Braga Nascente] ou Rua do Parque Norte [Braga Norte], que se quer agora incorporar nas ARU, correspondem a Espaços Residenciais do tipo um ou dois. Ora, para estas categorias o PDM dispõe que as dimensões mínimas dos novos arruamentos serão de dez vírgula cinco metros para a faixa de rodagem e para os passeios apenas três metros. Curiosamente, nada se diz quanto à exigência de medidas de acalmia de tráfego. Desta forma, parece-nos que, sem alterar o atual PDM, corremos o risco de dentro de pouco tempo estarmos de volta ao mesmo assunto e a incluir futuras áreas por não sabermos ou não sermos capazes de exigir dos promotores um espaço público consentâneo com os atuais cânones. Outra questão que não podemos deixar de ressaltar é o afunilamento

das intervenções de reabilitação urbana na regência da mobilidade, deixando de fora a intervenção no edificado e a concretização de equipamentos com vista à satisfação das necessidades coletivas da cidade. Apesar de um pouco lateral a este assunto, existe uma outra questão que nos preocupa - é o próprio vereador Miguel Bandeira que elenca como fator para esta alteração: "a pertinência de englobar nestes novos processos de delimitação um número muito significativo de edifícios abandonados e/ou em ruína, quer sejam de natureza industrial, comercial ou habitacional (com destaque para edifícios multifamiliares inacabados)". Ora, não podemos discordar da pertinência, apesar de discordarmos do destacado. Edifícios inacabados não são edifícios abandonados ou em ruína, são construções que nunca tiveram uma licença de utilização, são uma chaga no nosso tecido urbano e não a expectativa do que viriam a ser. Urge resolver estes problemas e urge fazê-lo de forma musculada, não atribuindo benefícios fiscais a quem andou anos a provocar externalidades negativas (incluindo a desvalorização da propriedade dos vizinhos). Existem ferramentas legais, da demolição à venda forçada, que só a preguiça ou a complacência com o estado da coisa explica que não tenham sido já usadas. E não são apenas os edifícios que começaram e não acabaram que causam problemas, são também aqueles que nem começaram. Pululam por muitas urbanizações lotes vazios, por vezes com mato, com entulho e, até, com desaterros que causam instabilidade e insegurança (é disso exemplo o vazio do lado nascente da Rua Padre Freitas, em Montélios, lado esse "poupado" ao "forte investimento público em curso", provavelmente por essa razão). Urge arrepiar caminho e recorrer sem pudor e com coragem ao arsenal de ferramentas legais ao dispor do município". Provocava o Deputado João Granja, ao dizer que sobre aquele assunto, de edifícios inacabados e que se prolongavam no tempo, o acordo de cavalheiros de

*seis meses, terminava no próximo mês, estando à espera de uma posição consentânea. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.***

PONTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para informar que a Comissão a que presidia tinha reunido duas vezes no mês de janeiro. A primeira vez, a solicitação da Sr^a. Vereadora da Cultura, para apresentação do Plano Estratégico Braga dois mil e trinta, para a cultura. Essa reunião foi mais para a apresentação do Plano, mas na própria reunião entendeu-se que para além da apresentação os membros da Comissão deveriam conhecer uma documentação base e ter outra reunião já com esse conhecimento, mais fundamentado, ter possibilidade de intervir, de comentar esse Plano. Uma semana depois, a documentação foi distribuída e fez-se a reunião. Todos os membros da Comissão tiveram possibilidade de intervir e de analisar o Plano, que era ambicioso, para a década de vinte trinta, que iria preparar a candidatura a Capital Europeia da Cultura, mas como foi dito, independentemente de Braga ser a cidade vencedora, ou não, era um Plano para levar a cabo. No mês de março iria haver uma discussão ampla e achava que na Assembleia Municipal haveria oportunidade, para cada partido político, fazer uma apreciação política desse Plano.

PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM**

MINUTA: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze e doze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às zero horas e trinta e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e oito de fevereiro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.